Quinta-feira, 16 de abril de 2026 I Série — Número 78

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE ABRIL DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Ao abrigo da alínea *b)* do n.º 2 do artigo 224º-A do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados Mariana Leitão (IL), Hugo Soares (PSD), André Ventura (CH), José Luís Carneiro (PS), Isabel Mendes Lopes (L), Paulo Raimundo (PCP), Paulo Núncio (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP).

A Presidente (Teresa Morais) encerrou a sessão eram 17 horas e 22 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos Srs. Agentes da autoridade que abram as portas de acesso às galerias, por favor.

Eram 15 horas.

Peço aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, para começarmos o nosso debate. O Governo já está na bancada respetiva, por isso, podemos começar na hora, também é um bom exemplo, ou tentativamente.

Como temos muita gente a entrar nas galerias, vamos aguardar um bocadinho, para que as pessoas se possam acomodar.

Pausa.

Então, peço aos Srs. Deputados que estiverem em pé o favor de se sentarem.

Antes de dar a palavra à Sr.ª Deputada Mariana Leitão para o primeiro conjunto de perguntas — e temos de ter condições, silêncio, para podermos ouvir a Sr.ª Deputada —, o Sr. Secretário da Mesa tem de ler a parte que lhe compete.

Faça favor.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é apenas para informar a Câmara de que já se encontram nos suportes institucionais do Parlamento as iniciativas que deram entrada na Mesa desde a nossa última reunião.

O Sr. **Presidente**: — Agora, sim, a Sr.ª Deputada Mariana Leitão tem a palavra, para o primeiro conjunto de perguntas do Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor afirmou recentemente que não subiu um único imposto e que podia ser poligrafado à vontade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Como o polígrafo se faz com factos, eu vou usar os dados do próprio Governo.

Vamos, então, ao polígrafo, imposto a imposto, começando pelo IVA (imposto sobre o valor acrescentado). Em 2025, a receita do IVA cresceu 10 %, face a 2024.

Protestos de Deputados do PSD e do CDS-PP.

Sobe o preço da carne, o Estado fica com mais. Sobe o preço dos ovos, o Estado fica com mais. Sobe o preço do leite, o Estado fica com mais. Sobe o preço da luz e do gás, o Estado fica com mais. A família que vai ao supermercado não comprou mais, não comprou melhor, mas pagou mais, exatamente pelo mesmo. Nos combustíveis, cada vez que vamos à bomba atestar o carro, pagamos mais de 100 €. Sr. Primeiro-Ministro, qual é o português que consegue aguentar estes preços?

Enquanto sai dinheiro do bolso dos portugueses, o Estado arrecada mais. Em 2025, a receita do ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) cresceu 8 %, mais 272 milhões de euros. Para isso, não foi necessário criar um novo imposto, bastou deixar morrer o desconto que estava em vigor. Sr. Primeiro-Ministro, vai continuar a lucrar com a maior crise energética dos últimos anos?

Na habitação, as casas estão a atingir valores incomportáveis para as famílias que têm um rendimento médio. E o que é que faz o Governo? Aumenta o valor patrimonial tributário dos imóveis, fazendo com que a família que vive na mesma casa de sempre pague mais IMI (imposto municipal sobre imóveis). O Estado, só nos dois primeiros meses deste ano, triplicou a sua receita com este imposto.

Quanto ao IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis), a receita cresceu 25 % em 2025, atingindo 2,1 mil milhões de euros. É o Estado a lucrar com o imposto mais estúpido de sempre. A Iniciativa

Liberal tentou resolver este problema, mas o PSD chumbou a proposta. Menos dinheiro no bolso das pessoas e mais dinheiro no bolso do Estado é o resultado final.

Quanto ao IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), o Governo anunciou descidas de IRS, atualizou escalões, é verdade. Mas a receita de IRS foi revista em alta em quase 2 mil milhões de euros para 2025, e o Governo prevê que continue a crescer em 2026, apesar da redução das taxas marginais, que foram, diga-se de passagem, muito escassas para fazer a diferença na vida das pessoas.

O Governo pode dizer que não subiu impostos, mas as pessoas, a meio do mês, estão a contar o dinheiro que têm e o Estado arrecada cada vez mais. Sr. Primeiro-Ministro, o Estado vai arrecadar mais impostos este ano do que no ano passado — disso, não temos dúvida. Por isso, se não subiu nenhum imposto e se o País não cresce, de onde é que vem o dinheiro?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Não interrompi a Sr.ª Deputada, porque é sempre desagradável interromper, mas havia ruído na Sala, que a tornava menos audível. Pedia aos Srs. Deputados e às Sr.as Deputadas para terem atenção, para que não tenha de interromper, porque corta o pensamento.

Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, a bem da clareza, transparência e seriedade do debate, tenho de lhe formular uma pergunta, para depois poder responder convenientemente à sua apresentação.

Portanto, gostava de poligrafar aquilo que a Sr.ª Deputada acabou de me perguntar/mencionar/comentar: qual foi a taxa de imposto,…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Taxa sou eu!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … de todos aqueles que mencionou — do IVA, do ISP, do IMT, do IRS —, que subiu em 2024, em 2025 e em 2026?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do PSD: — E agora?!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Mariana Leitão, tem a palavra, se desejar.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, o custo de vida aumentou brutalmente — é verdade, não é?

Protestos de Deputados do PSD.

Fala com as pessoas e sabe disso, não sabe?

Se aquilo que as descidas, por exemplo, no IRS e as taxas marginais dão aos portugueses é 10 € ao fim do mês, no melhor dos casos, o que é que as pessoas fazem com esse dinheiro, face ao aumento do custo de vida?

Aplausos da IL.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Não tem resposta!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Quais foram as taxas que aumentaram?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, poligrafando a sua resposta, a conclusão que tiramos é que a Sr.ª Deputada não é capaz de referir, de colocar como facto, nenhum aumento objetivo de nenhuma taxa de impostos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.ª Deputada, vou-lhe facilitar a vida, porque nós podíamos ficar aqui neste bate-boca durante todos os minutos correspondentes à sua capacidade de intervenção. É que a Sr.ª Deputada não vai ser capaz de responder, porque esta questão que lhe coloco não tem resposta que não seja esta: nenhuma taxa de nenhum destes impostos subiu, desde que nós assumimos a governação do País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Pelo contrário, desceram várias. Até posso dizer que desceram todas. Mesmo no âmbito do IVA, houve descidas, não da responsabilidade do Governo, mas da responsabilidade deste Parlamento. Sr.ª Deputada, é em razão disso que a carga fiscal em Portugal, nos dois anos que levamos de governação, baixou de 24,9 % para 24,5 % do nosso produto, o que quer dizer, portanto, que aquilo que a Sr.ª Deputada mencionou como aumentos de receita dos impostos correspondem ao aumento da atividade económica ou ao aumento dos salários em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Senão, como é que a Sr.ª Deputada explicava isto? Depois de baixarmos quatro vezes o IRS, depois de criarmos o IRS Jovem, com uma dimensão, uma amplitude como ele não tinha, como é possível, Sr.ª Deputada, concluir que os portugueses estão a pagar mais impostos?

Em termos de arrecadação de IRS, o Estado está a arrecadar mais, porque as pessoas estão a auferir mais altos rendimentos, os salários estão a crescer em Portugal. Aliás, em 2024, fomos mesmo o País, no âmbito da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), onde o salário líquido, real, das pessoas mais subiu.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A Sr.ª Deputada falou no ISP, que é um bom exemplo. Apesar de termos iniciado um caminho a que estamos vinculados para terminar com um desconto que vinha de trás, chegámos ao dia 2 de março, antes ainda da instabilidade criada pelo conflito no Médio Oriente, e tínhamos, em sede de ISP, um desconto acumulado, no gasóleo, de 11,38 cêntimos e, na gasolina, de 14,28 cêntimos. O que é que aconteceu desde o dia 2 de março até ao dia de hoje? Acrescentámos a estes descontos mais 10,26 cêntimos no gasóleo e mais 5,64 euros na gasolina. Deixe-me dizer-lhe que este desconto, no gasóleo e na gasolina, corresponde a IVA zero,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … desde que o preço dos combustíveis aumentou mais de 10 cêntimos face ao preço de referência, nessa semana de 2 de março. Sr.ª Deputada, é disso que estamos a falar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª Deputada falou do IMT e não foi capaz de mencionar que temos, em Portugal, uma faixa etária, até aos 35 anos, que paga zero de IMT e zero de imposto do selo na compra da primeira habitação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Sr.ª Deputada, o aumento da receita do IVA tem a ver com a atividade económica; o aumento da receita do IRS tem a ver com o aumento dos salários; o aumento da receita do IMT tem a ver com o preço das habitações e, naturalmente, com o funcionamento do mercado;…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É o mercado! É o mercado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … o aumento do preço dos combustíveis tem a ver com um conflito internacional que fez influenciar o mecanismo de formação do preço, nem sequer por via dos mercados onde adquirimos o petróleo ou o gás, porque não estamos a adquirir precisamente nos mercados do Médio Oriente.

Sr.ª Deputada, face a tudo isto, é verdade, as portuguesas e os portugueses têm hoje um custo de vida mais elevado e é por isso que com equilíbrio, com razoabilidade, nós estamos a adotar medidas para que o impacto seja um impacto mitigado, para que as famílias possam enfrentar estes tempos de desafio que estão diante de nós,…

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … mas, repito, com equilíbrio, porque eu estou convencido de que a Sr.ª Deputada, o seu partido e a sua bancada não querem regressar aos idos tempos, anteriores a 2011, e ao desequilíbrio das finanças públicas a troco de soluções que são aparentemente milagrosas, mas que trazem uma fatura que, depois, quem paga são os contribuintes, as pessoas, as famílias e as empresas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Mariana Leitão, faça favor.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a descrição que o Sr. Primeiro-Ministro faz é a descrição de um país perfeito, mas eu tenho a certeza de que os portugueses lá fora não é isso que sentem diariamente.

Para lhe dar só aqui dois ou três exemplos: acabou com o desconto nas energias renováveis, acabou com o desconto no ISP, reviu o valor patrimonial dos imóveis, o que tem incidência direta no valor que as pessoas pagam de IMI e, portanto, isto são só três exemplos.

Outra questão muito importante é que desde que o Sr. Primeiro-Ministro se tornou Primeiro-Ministro, a despesa do Estado aumentou 17,7 mil milhões de euros, o que significa que este dinheiro tem de aparecer de algum lado.

E agora só mais uma questão. Em 2026, o Estado prevê arrecadar 75,2 mil milhões de euros em impostos, mais 2,9 mil milhões do que em 2025. Isto são 206 milhões por dia, 8,6 milhões por hora, 143 000 € por minuto…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — E por segundo?!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … que vai diretamente do bolso dos portugueses para os cofres do Estado. Quando nós acabarmos este nosso debate, o Estado já cobrou 2 milhões de euros em impostos, só nestes escassos 6 minutos.

A combinação cruel de inflação, pressão imobiliária — causada também pelas suas políticas, pelas políticas deste Governo — e o aumento generalizado do custo de vida estão a engordar o Estado à custa do trabalho dos portugueses.

E agora, perante eventos que esmagam as famílias, por via desse aumento brutal do custo de vida, o Governo opta por beneficiar em silêncio com o desespero dos portugueses. E de forma quase desrespeitosa, que foi o exercício que acabou de fazer, faz do aumento da receita fiscal, à custa do sacrifício das pessoas, uma grande vitória política.

Sr. Primeiro-Ministro, não foram as taxas que subiram, é verdade, foi o peso do Estado sobre a vida de cada um.

Vozes do PSD: — Ah!…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — E disso, Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me dizer-lhe, nem o *Polígrafo* nem os portugueses o absolvem.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ainda não respondeu!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Aliás, queria fazer uma última pergunta sobre outro assunto, nomeadamente sobre a já longa negociação laboral, ao seu Governo, o «Governo da Concertação», como o Sr. Primeiro-Ministro o quis designar.

Sr. Primeiro-Ministro, os senhores já fizeram mais de 50 reuniões por causa da nova lei laboral.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Já fizeram, já!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não há acordo em concertação social. E digo-lhe: acho muito pouco provável que venha a haver — ao fim de 50 reuniões, ainda não estão nem sequer próximo de um acordo.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

A Iniciativa Liberal defende que deve trazer a proposta ao Parlamento, para que cada partido se pronuncie e para que possamos também dar contributos a essa mesma reforma. Por isso, a pergunta que lhe deixo é: vai ter coragem para a trazer cá ou não? Por favor, traga-a!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, deixe-me só relembrar-lhe que o ritmo de crescimento da despesa diminuiu para metade daquilo que era desde que nós chegámos ao Governo.

Em segundo lugar, quero dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que a Sr.ª Deputada já usou os mesmos argumentos sobre a nossa política fiscal e sobre a nossa política de rendimentos para acusar o Governo de ser eleitoralista,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Eleitoralista?! Onde é que eu disse eleitoralista?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … na altura das eleições, e agora de sacrificar as pessoas e as empresas, com os exatos argumentos.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quanto à lei laboral, já falaremos sobre isso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Deputado Hugo Soares, do Partido Social Democrata, tem a palavra agora para um conjunto de perguntas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Questões difíceis, agora!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, faz-se este debate quinzenal numa altura em que, na semana passada, se celebraram duas datas que convém lembrar, uma não pelos melhores motivos; outra, creio, por bons motivos.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não me digas que fizeste anos?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Aquela que se assinalou na semana passada pelos maus motivos, mas que vale a pena relembrar, é que fez precisamente 15 anos, na semana passada, que o então Primeiro-Ministro de Portugal, o Eng.º José Sócrates, pediu ajuda externa aos credores externos e aos credores oficiais,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso, bem lembrado!

Protestos da Deputada do PS Elza Pais.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … depois de um Governo do Partido Socialista ter levado Portugal à bancarrota. Lembro apenas esta data para que as portuguesas e os portugueses se recordem, bem como os grupos parlamentares com assento neste Parlamento, para que, de cada vez que trazem uma proposta a este Parlamento, que, o mais das vezes, quer diminuir impostos, acabar com a receita e aumentar a despesa, se lembrem de que são os portugueses e as portuguesas que acabam sempre por pagar os desmandos eleitoralistas da oposição, na altura do Governo Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS e do PCP.

E nós sabemos, Sr. Primeiro-Ministro, e as portuguesas e os portugueses também sabem, os sacrifícios a que foram impostos por força do memorando negociado e pedido pelo Eng.º José Sócrates e pelo Governo do Partido Socialista.

Vozes do PS: — É mentira!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eurico, foi uma tragédia para o País!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora, Sr. Presidente, quero-lhe dizer que a exaltação da bancada do Partido Socialista sempre que lembramos o Eng.º Sócrates e o pedido de bancarrota é igual à nossa rejeição àquele Governo. É exatamente a mesma.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas na semana passada, Sr. Primeiro-Ministro — esta diria eu e creio que dirão os portugueses —, celebrou-se também…

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

Sr. Deputado Luís Testa, não sei se estava nessa bancada a apoiar o Governo do Eng.º Sócrates, mas pelo entusiasmo parece que estava. Agora, se me puder deixar falar, eu agradecia.

Risos de Deputados do PS.

Sr. Presidente e Sr. Primeiro-Ministro, dizia eu que na semana passada se celebraram também dois anos desde que o Sr. Primeiro-Ministro tomou posse como Primeiro-Ministro de Portugal e os Governos de V. Ex.ª fizeram dois anos.

Estes debates quinzenais servem para os grupos parlamentares interrogarem o Governo. Creio, sinceramente, que há duas formas de ver os dois anos da governação. E elas são muito díspares e eu às vezes pergunto-me porquê. A melhor forma de colocar a questão foi, precisamente, como o Sr. Primeiro-Ministro a colocou à Iniciativa Liberal, que não foi capaz de responder, pedindo factos para desmentir aquilo que é evidente. E é o que lhe vou pedir também sobre os nossos dois anos de governação.

Já agora, ainda a respeito do Eng.º Sócrates, saudava o Governo pela decisão hoje tomada pelo Sr. Ministro da Administração Interna, de corrigir um erro histórico do Governo do Eng.º Sócrates, ao voltarmos a ter em Portugal a Brigada de Trânsito na GNR — queria saudar, por isso, o Governo e o Sr. Ministro da Administração Interna. Só para lembrar que foi o Eng.º Sócrates!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ele não é engenheiro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe a si e ao País: é verdade ou não é verdade que este Governo apresentou dois orçamentos ao País e, pela primeira vez, com zero aumento de impostos?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade ou é mentira que, por força dessa diminuição dos impostos sobre quem se levanta de manhã e chega a casa à tarde, depois de trabalhar —…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Chega à noite!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … em que já descemos o IRS quatro vezes —, os portugueses têm mais rendimento no final do mês e que, em 2024, Portugal foi considerado, não pelos partidos da oposição, mas pela OCDE, o país que, na OCDE, teve o maior aumento do salário médio?

Já agora, também é verdade ou é mentira que Portugal foi considerada, não pelos partidos da oposição, mas por uma prestigiada revista internacional, *The Economist*,…

Protestos do PS e do PCP.

… a economia do ano, em 2025?

Burburinho na Sala.

Perguntava-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se é um facto… Ó Sr. Presidente, eu continuo a falar, só tenho de levantar a voz e isso cansa-me mais, mas de resto…

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado não se importar que eu o interrompa, eu interrompo para, realmente, pedir silêncio à Sala.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu fui tentando, tentando, tentando, mas…

O Sr. **Presidente**: — Fico sempre neste dilema, porque é desconfortável também estar a interromper um pensamento e vou fazendo aqui alguns sinais.

Mas faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, não percebo o incómodo do Partido Socialista com os factos, mas eu vou continuar.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, é verdade ou é mentira que, ao contrário do que chegou a anunciar o Governo do Partido Socialista liderado por António Costa, nós cumprimos sempre a lei, aumentámos sempre as pensões nos termos da lei e aumentámos duas vezes, extraordinariamente, as pensões mais baixas em Portugal?

Já agora, ao contrário do Governo do Partido Socialista, é verdade ou é mentira que aumentámos três vezes o complemento solidário para idosos? O complemento daquelas pensões de miséria em Portugal, aquelas pensões de pessoas que trabalharam a vida inteira e que merecem que sejam olhadas por nós com respeito.

E, já agora, também é verdade ou não que, contra a vontade do Partido Socialista, que não o fez em oito anos, fomos nós que acabámos com a maior injustiça do mundo que havia neste País, que era o Estado achar que os filhos deviam manter os pais, quando contava para atribuição do complemento solidário para idosos o rendimento dos filhos que trabalhavam e que viviam com as pessoas que tinham pensões de miséria em Portugal?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E já agora, nesta matéria também, é verdade ou é mentira que fomos nós que acabámos com outra grande injustiça que era os beneficiários do complemento solidário para idosos, quando iam à farmácia, Sr. Primeiro-Ministro, e tinham uma receita do médico, terem de escolher que metade dos medicamentos traziam para casa, para poder sobrar alguma coisa para irem à mercearia fazer as compras dos bens alimentares? Foi com este Governo — é verdade ou é mentira? — que se passou a comparticipar 100 % da receita que os médicos passam aos beneficiários do complemento solidário para idosos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É verdade ou é mentira, Sr. Primeiro-Ministro, que os jovens deste País, até 35 anos, têm um dos melhores regimes fiscais em toda a Europa? E, já agora, é verdade ou é mentira, Sr. Primeiro-Ministro, que quase 80 000 jovens hoje em Portugal já adquiriram casa com isenção total de impostos e cerca de 25 000 tiveram acesso à garantia pública para poderem comprar a sua habitação?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, é verdade ou é mentira que foi este Governo que, ao contrário do que o Governo do Partido Socialista fazia, tirou os professores da rua e do protesto e os devolveu à escola pública, aumentando a sua autoridade e fazendo aquilo que é importante, que é pedir aos professores que exerçam uma das funções mais nobres que há, que é ensinar as nossas crianças? Quem é que colocou os professores na escola? Fomos nós. Quem os tirou do protesto? Fomos nós.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Já agora — o Partido Socialista lembrar-se-á, foi na campanha eleitoral, há dois anos —, onde estavam as forças e os serviços de segurança? Estavam na rua e em protesto. Quem é que valorizou as carreiras das forças e serviços de segurança e mais de 20 carreiras na Administração Pública, para valorizar a nossa Administração Pública, que é o mesmo que dizer dar melhor serviço aos cidadãos em Portugal? Foi o Governo do Partido Socialista ou foi o Governo de V. Ex.ª?

Sr. Primeiro-Ministro, quem é que olhou para a imigração e, sem negar um problema, sem negar um problema,…

Protestos do CH.

Eu sei, eu sei que — deixem-me dizer-vos, eu tributo essa justiça — os mais vocais a falar do problema foram os senhores, mas quem o resolveu foi o Governo da AD, não foram os senhores!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

Até recordo, até vou recordar aos Srs. Deputados do Chega que nós já poderíamos ter há mais tempo uma Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras, se os senhores não tivessem votado contra, aqui no Parlamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muda a cassete!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, nós olhamos para a imigração em Portugal sabendo — ao contrário da visão do Chega sobre este problema — que precisamos de imigrantes, para vários setores de atividade da nossa economia. É verdade ou é mentira que nós temos hoje o desemprego em mínimos históricos e o emprego em níveis máximos?

Mas nós olhamos para a imigração com responsabilidade e com humanismo. Nós quisemos saber quem vem, onde está, como vive, qual é o seu registo criminal. O Partido Socialista não. O Partido Socialista diz-se um grande partido humanista e que deveríamos deixar entrar toda a gente, mas o humanismo do Partido Socialista é aquele que não quer saber se vivem 10, 20, 30 ou 40 no mesmo apartamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

Connosco não. Nós queremos que os imigrantes sejam acolhidos com dignidade e, para isso, tem de haver regras.

Sr. Primeiro-Ministro, é verdade ou não que não foi o Governo do Partido Socialista, foi o nosso, que criou o Passe Ferroviário Verde e que hoje centenas de milhares de portugueses podem andar de comboio em todo o País por simplesmente 20 € por mês? É verdade ou é mentira? Foi o nosso Governo.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente**: — Cada grupo parlamentar vai ter o seu tempo para poder fazer as interpelações também ao Sr. Primeiro-Ministro. Agora está no uso da palavra o Sr. Deputado Hugo Soares. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, o debate de hoje tem um condão, que é ser o Grupo Parlamentar do PSD o segundo a falar. Ora, como é o segundo a falar, há, de facto, esta especificidade de todos os grupos parlamentares que têm feito vozearia durante a minha intervenção terem uma excelente oportunidade, que é: a cada pergunta que eu fiz ao Primeiro-Ministro e sobre a qual perguntei se é verdade ou é mentira, desafio os grupos parlamentares que me sucedem a responder se é verdade ou se é mentira. Se for mentira, peço desculpa aos demais grupos parlamentares.

Aplausos do PSD.

Terão certamente essa oportunidade, mas devo dizer-lhe que desconfio que qualquer grupo parlamentar o faça. Sabe porquê, Sr. Presidente?

Protestos de Deputados do CH.

Quero dizer-lhe, a si e ao País, é que eles sabem que tudo aquilo que eu aqui disse, tudo aquilo que aqui perguntei ao Primeiro-Ministro, é obra deste Governo. É factual e é verdade e eles não são capazes de o desmentir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, chamei todos estes factos à colação para demonstrar que, nos últimos dois anos, o País tem sofrido grandes transformações. O País tem sofrido grandes transformações com um objetivo, o único objetivo que deve guiar as políticas públicas, olhar para as pessoas e resolver os problemas concretos da vida das portuguesas e dos portugueses.

Sr. Primeiro-Ministro, tenho a certeza de que nem o Governo nem os grupos parlamentares que o suportam farão tudo bem. Eu tenho a certeza de que o Governo cometerá erros, tenho a certeza de que nós, no Parlamento, também cometeremos erros.

Protestos de Deputados do CH.

Há uma coisa que eu sei — …

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

… e assim terminava, Sr. Primeiro-Ministro — comparando dois anos de governação do Governo liderado por V. Ex.ª com os oito anos do Partido Socialista, não é da água para o vinho. Não é da água para o vinho.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

É precisamente o seguinte: com o Governo do Partido Socialista, nós tínhamos impostos máximos, serviços públicos mínimos; consigo, temos impostos a baixar, serviços públicos a subir.

Consigo, temos o ordenado mínimo a subir, mas o ordenado médio a subir também.

Consigo, temos a imigração regulada; temos cada vez mais jovens a ficar em Portugal e a ter acesso à habitação.

Nós temos hoje também melhores o Serviço Nacional de Saúde, a justiça e a economia.

Vozes do PS: — Eh, lá!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E até os pássaros cantam melhor…!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E, já agora, esta é a grande questão em que os partidos da oposição não conseguem fazer a quadratura do círculo.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

É que nós conseguimos tudo isso, Sr. Primeiro-Ministro, com contas justas, com excedentes orçamentais. Isso indigna a oposição por uma razão, é que nunca foram capazes de fazer o que nós estamos a fazer nem de apresentar os resultados que estamos a apresentar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para fazer o favor de responder.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É muito difícil! É preciso uma reflexão!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Com tantos elogios!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, permita-me só que lhe diga, porque creio que o Sr. Deputado, à época, ainda não estava nessa bancada,…

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

… que não precisa de se dirigir à bancada do Partido Socialista, ou a algum Deputado em particular, e lembrar a forma efusiva como essa bancada e os Deputados que a compõem — aqueles que ainda estão cá desse tempo, que são poucos; a renovação democrática, aliás, em todas as bancadas, efetivou-se e aconteceu, na realidade — defenderam, com unhas e dentes,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Com paixão…!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … a governação, não só nos oito anos a que aludiu agora, como nesses sete anos e qualquer coisa entre 2005 e 2011.

Vou dizer-lhe, Sr. Deputado, que os Deputados do Partido Socialista hoje são muito menos enérgicos a defender as políticas do Partido Socialista do que eram na altura. Na altura, eu estava aí sentado e lembro-me bem que eram, de facto, muito, muito mais efusivos na defesa das virtualidades daquela governação.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Virtualidades?! Virtuosidades!!!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi por isso que, já que hoje estamos a fazer também esse balanço, mais tarde conviveram muito mal com o funcionamento das tradições mais arraigadas da democracia portuguesa e, em particular, com aquela que era a primeira de todas, que era conferir aos partidos ou ao partido que vencia as eleições a faculdade de poder cumprir o seu programa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, Sr. Deputado, não precisa de ficar muito incomodado com os apartes da bancada do Partido Socialista hoje, porque, creio eu, isso é reflexo, ainda, de algum peso na consciência relativamente ao resultado desses ciclos governativos, em particular do primeiro.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, para complementar a resposta que está ainda em falta à Sr.ª Deputada Mariana Leitão, se me permite, utilizando esse tempo,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … que, relativamente à proposta de revisão do Código de Trabalho e das leis que podem concretizar um funcionamento da nossa democracia e da nossa economia capaz de lhe dar maior competitividade, maior produtividade e, portanto, os instrumentos para podermos pagar mais altos salários e para podermos ter o aumento da receita fiscal, não por via do aumento das taxas dos impostos, mas por via do aumento da dinâmica económica do País. Com isso, tendo mais instrumentos financeiros do lado do Estado para ter políticas públicas e sociais que possam dar maior justiça à nossa sociedade e conferir uma maior igualdade de oportunidades, é que nós somos, efetivamente, um Governo de concertação.

Somos um Governo que pratica o sentido de convergência com aqueles que têm a responsabilidade de dirigir e de gerir do ponto de vista do empregador, mas também o sentido de responsabilidade de perceber o incentivo, o retorno, a retribuição pelo esforço de trabalho de quem está do lado dos trabalhadores.

É por isso que, na parte que depende exclusivamente de nós próprios, já subscrevemos 39 acordos no âmbito do diálogo social e sindical com os sindicatos da Administração Pública, correspondente à valorização de 29 carreiras na Administração Pública. E vamos continuar a fazer esse esforço, porque é tão importante para o

País ter bons recursos humanos, recursos humanos que tenham e sintam o impulso de serem mais produtivos no setor privado e no setor social, como também na Administração Pública.

Por isso, Sr. Deputado, vamos concluir o processo negocial com os parceiros sociais. Somos um Governo que dá primazia, preferência, a esse diálogo, mas, evidentemente — e já tive a ocasião de o dizer fora da Assembleia da República, mas não há melhor sítio para o poder reafirmar do que aqui —, a opção legislativa soberana cabe às Sr.as e aos Srs. Deputados, cabe à Assembleia da República. Apresentaremos à Assembleia da República a proposta de lei de revisão do Código do Trabalho e a Assembleia da República terá de decidir.

Aquilo que entendemos que é mais vantajoso e construtivo é que a Assembleia da República possa tomar essa decisão na base de um acordo de concertação social que faça convergir as entidades e confederações empregadoras com as entidades sindicais. Creio que é bom para a democracia que o Parlamento, não perdendo a sua esfera soberana de decisão, possa, ainda assim, estar municiado com esse acordo, para poder configurar uma solução final que possa acolher e respeitar. Mas, se assim não for, o Governo não deixará de apresentar uma proposta de lei e, naturalmente, as Sr.as e os Srs. Deputados poderão tomar uma posição sobre ela.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado Hugo Soares, todas as questões que colocou têm uma resposta de confirmação, uma resposta que, de uma forma mais sintética, se pode conjugar no seguinte: Portugal é hoje um país que se apresenta no contexto internacional e europeu como sendo uma referência do ponto de vista da estabilidade económica, do ponto de vista da estabilidade financeira e do ponto de vista da estabilidade social e política.

Da estabilidade económica, porque vimos trilhando um caminho, não obstante todas as dificuldades, todos os riscos que muitas vezes vêm precisamente do exterior, que tem sido um caminho de convergência, porque temos crescido acima da média da União Europeia e acima da média da zona euro. Ainda não crescemos aquilo que queremos, mas vamos lá chegar com o efeito das políticas públicas que estamos agora a empreender.

Não decidimos transformar estruturalmente o País a pensar noutra coisa que não seja dar maior competitividade à nossa economia para podermos, por via disso, ter uma taxa de crescimento maior, para pagar melhores salários, para poder ter mais instrumentos para continuar a inovar, a investigar, a chegar mais longe no nosso conhecimento científico, para podermos ser mais competitivos, continuar a pagar mais e melhores salários…

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

… e termos também os instrumentos financeiros para ter políticas sociais e políticas públicas que sejam justas.

Mas mudou muita coisa em dois anos, Sr. Deputado, é verdade. Os portugueses hoje pagam menos impostos sobre os rendimentos do trabalho. Os portugueses, hoje, em particular os mais jovens, pagam menos impostos sobre os rendimentos do trabalho e menos impostos para adquirirem a sua primeira habitação.

Os salários cresceram. Cresceram os salários mais baixos,…

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

… o salário mínimo nacional subiu 100 €, mas subiu também o salário médio em Portugal.

Mais: subscrevemos um acordo tripartido, no âmbito da concertação social, com os sindicatos e as confederações patronais, no âmbito do qual algumas vantagens desse acordo, nomeadamente para a parte empregadora e patronal, estão associadas precisamente à valorização salarial média e não apenas ao cumprimento dos objetivos de aumento do salário mínimo nacional.

Estamos a ter uma política de preocupação e concretização intergeracional, ajudando os mais jovens, na fase da vida em que precisam desse estímulo, a fixarem os seus projetos, para poderem ajudar Portugal a ser mais competitivo.

Não perdemos de vista aqueles que estão na vida ativa, a geração dos 35, 40, 50, 55, 60 anos, que precisam também de ter um estímulo para poder aumentar a produtividade na nossa economia e ter o retorno por via do seu esforço.

E também não nos esquecemos daqueles que já saíram da vida ativa e estão, naturalmente, hoje a usufruir das pensões…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — De miséria!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … que lhes são devidas por uma vida de trabalho.

Por isso, temos atualizado todas as pensões anualmente, e temo-lo feito de forma mais expressiva com as pensões mais baixas, não deixando de relembrar aqui — e o Sr. Deputado isso não mencionou — o pagamento de dois complementos extraordinários, de forma progressiva, precisamente para aquelas pensões que tenham maior fragilidade para poder cumprir o objetivo de acudir às despesas mais elementares.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Para aqueles que são os menos afortunados, por vicissitudes várias que têm a ver com as suas carreiras contributivas, com hábitos instalados na sociedade portuguesa durante décadas, que têm hoje pensões mais baixas, atualizámos, já por três ocasiões, o complemento solidário para idosos.

Eliminámos a barreira que o Sr. Deputado aqui descreveu, que colocava de fora, de forma muito injusta, aqueles que não acediam a esta prestação em virtude não dos seus rendimentos, mas dos rendimentos dos seus descendentes, dos seus filhos. E ainda colocámos em execução a comparticipação a 100 % dos medicamentos prescritos precisamente para esta população mais fragilizada.

Empreendemos, na nossa economia, um princípio de financiamento, um princípio de apoio e presença constante. Temos hoje um Banco Português de Fomento que, felizmente, trabalha com as empresas e com a banca comercial para ajudar ao financiamento da economia, para termos mais capacidade de inovar, de investigar, de poder adquirir matérias-primas e equipamentos para podermos ser também mais produtivos, para pagar melhores salários.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Ao mesmo tempo, estamos a descer o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e, portanto, também a dizer aos nossos investidores, àqueles que temos cá dentro…

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

… e àqueles que queremos atrair do exterior, para virem e apostarem no nosso País.

Sr. Deputado, depois há tantas medidas! Não vou aqui referir todas, mas essa do Passe Ferroviário Verde, não posso deixar de lembrar, porque a circunstância… Não está ali o Sr. Deputado Rui Tavares, mas a bancada transmitir-lhe-á.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado Rui Tavares teve um diálogo com o Governo que nos antecedeu, no âmbito do qual se previa a constituição de um passe ferroviário nacional aplicado a um número muito restrito de viagens de comboio e que custava 49 € para os seus utilizadores. Nós alargámos o âmbito a todos os comboios,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não há comboios! Mas quais comboios?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … com exceção do alfa-pendular, por 20 € por mês.

Foi assim uma ultrapassagem pela esquerda ao Livre e o Livre ainda conseguiu conviver muito com isso!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas nós não deixamos de registar…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas quais comboios?! Não há é comboios!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … que houve essa ideia inicial, também por parte dessa bancada, e, naturalmente, com todo o respeito democrático, isso deve ser assinalado.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe, em resumo, o seguinte. O esforço que fizemos estes dois anos, as bases e os alicerces que construímos para o futuro, são a garantia que hoje temos para poder enfrentar momentos de maior adversidade, como aqueles que enfrentamos agora, depois do comboio de tempestades, depois da instabilidade crescente no Médio Oriente, no preço dos combustíveis, e, por via disso, na possibilidade de termos aqui um movimento inflacionista que atinge, efetivamente, as famílias e as empresas. É por termos percorrido este caminho e estarmos bem sustentados que vamos ajudar as famílias, as pessoas e as empresas, também, a ultrapassar esta situação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao orador seguinte, porque as galerias estão cheias, vou anunciar à Câmara quem é que está a assistir aos nossos trabalhos: cidadãos do passeio municipal sénior de Passos de Ferreira; alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Arganil, cidadãos da Junta de Freguesia da Maceira, de Torres Vedras; alunos e professores da Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, de Setúbal; alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Santo André, de Santiago do Cacém; alunos e professores do Instituto Nun'Alvres, de Santo Tirso; alunos e professores da Escola Secundária Augusto Gomes, de Matosinhos; autarcas de São Pedro do Sul; autarcas de Arcos de Valdevez; alunos e professores da Escola Secundária Jorge Peixinho, do Montijo; cidadãos da Academia Sénior do Município de Braga; alunos da Universidade de Aveiro; alunos da Escola Básica e Secundária Dr. Ferreira da Silva; alunos da Orquestra Clássica do Centro; grupo de autarcas do Entroncamento e também esteve a assistir, mas teve de sair, entretanto, a Sr.ª Embaixadora do Uruguai, a convite do Grupo Parlamentar da Amizade Portugal-Uruguai.

Aplausos gerais.

Agora, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o a si e aos Membros do seu Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o que tivemos nos últimos dias foi um exercício lamentável de propaganda por parte do Governo.

Vozes do PSD: — Oh…!

O Sr. **André Ventura** (CH): — No momento em que as pessoas mais sofrem para se conseguir manter à superfície, o seu Ministro das Finanças, aqui presente, decide brincar com as pessoas sobre se vamos ter um *déficit* de 0,5 %, de 0,6 % ou de 0,7 %, se este ano vai ser mais ou menos, quando o que as pessoas queriam saber era isto: o que é que vai fazer, já agora, o que é que o seu Ministério das Finanças vai fazer para poder aliviar aqueles que, neste momento, não conseguem suportar o seu custo de vida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Há uma palavra, Sr. Primeiro-Ministro, que talvez deva caracterizar o seu Governo nesta altura: ineficácia absoluta.

A eficácia mostra-se numa série de outros países que têm tomado medidas, por exemplo, sobre os combustíveis, e que eu gostava de referir-lhe, para perceber bem a ineficácia que têm tido em Portugal.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vai a Espanha! Vai a Espanha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Na Irlanda, a gasolina está a 1,8 €e o gasóleo a 2,099 €; em Portugal, a 1,9 € e a 2,131 € — um diferencial de 0,057 €/0,032 €. Em Itália, a gasolina está a 1,762 €, o gasóleo a 2,092 €; Portugal, 1,938 € e 2,131 € — um diferencial de 0,176 €/0,039 €.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Talvez fosse melhor dizer ao Trump para acabar com a guerra no Irão!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Podia seguir por aí fora com a Polónia, com a Grécia, com a Espanha e com outros.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah, a Espanha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Com a Alemanha, mas já não vou à Alemanha. Para não envergonhar o PSD, já não vou à Alemanha. Vou ficar por estes países, digamos, de menor rendimento. Mas eu trouxe-lhe hoje, Sr. Primeiro-Ministro, para não dizer que isto é propaganda do Chega — peço-lhe que olhe para isto —, isto é Badajoz e Elvas.

Neste momento, o orador exibiu uma imagem.

Espere, não está a ver bem, eu mostro-lhe melhor. Eu, hoje, trouxe para todos — Badajoz e Elvas.

Neste momento, o orador exibiu outra imagem.

Protestos de Deputados do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, peço-lhe que olhe para aqui, por favor, para ver esta diferença, que é o símbolo da ineficácia do que o seu Governo tem feito, porque continuam a dizer «não, não, em Espanha não está nada mais barato». Mas está aqui: gasolina, em Elvas, 1,939 €; gasolina, em Badajoz, 1,489 €; gasóleo, em Elvas, 2,135 €; gasóleo em Badajoz, 1,849 €. Sr. Primeiro-Ministro, isto é o símbolo da ineficácia das suas medidas e do seu Governo.

Aplausos do CH.

Está aqui. É fácil de ver, é fácil de tirar.

Mas podíamos até deixar esta matéria, para não nos vir com as lengalengas ambientais habituais, e podíamos ir ao cabaz alimentar para perceber porque é que atingimos o máximo de 255 € — quem nos está a ver sabe do que é que estou a falar —, pois a maior parte dos preços em Portugal aumentaram brutalmente face ao salário das pessoas. E vou dar-lhe outro dado, que podia estar num gráfico, mas não o vou embaraçar, nem a si, nem ao PSD sobre isto,…

Vozes do PSD: — Ah, não…!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … que é este: os portugueses, proporcionalmente, são hoje o povo da Europa que mais paga em alimentação e em cabaz alimentar.

Portanto, desculpem lá, onde é que está a eficácia do Governo?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se pagamos mais combustíveis, se pagamos mais alimentação e se somos o país da Europa com mais taxas e taxinhas, desculpe lá, é pura ineficácia sua.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Peça desculpa, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, evidentemente, não cabe ao Primeiro-Ministro de Portugal fazer uma análise sobre as decisões e as consequências das decisões dos seus colegas que lideram os governos, pela União Europeia. Mas, já agora, Sr. Deputado, convém só lembrar-lhe que o nível de ajuda de medidas adotadas pelo Governo de Portugal excede em termos relativos, por exemplo, aquilo que acontece com as medidas do Governo italiano.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

É apenas uma curiosidade para o Sr. Deputado poder fazer uma apreciação, que não é direta,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas em quê?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … é relativa à dimensão de cada um dos países.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas qual?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Posso materializar, se quiser compreender.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em Itália, o conjunto das medidas adotadas pelo Governo é de cerca de 750 milhões de euros por mês. Em Portugal é de 150 milhões de euros por mês. Atendendo à dimensão das respetivas economias, o peso relativo das decisões dos governos é superior em Portugal, face àquilo que é em Itália.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Só para o Sr. Deputado contextualizar as análises que faz, é só para o ajudar a fazer isso. Atenção que isto não tem nenhum juízo sobre a minha opinião, que não interessa, sobre aquilo que são as diretrizes, os fundamentos, os objetivos de cada governo.

Protestos de Deputados do CH.

Eu tenho todo o respeito por aquilo que fazem os meus colegas e sei que eles têm todo o respeito por aquilo que eu faço. E já agora, Sr. Deputado, é a segunda vez, num espaço de pouco tempo, que invoca o exemplo de decisões do Governo de Espanha.

Protestos de Deputados do CH.

Eu apenas posso recomendar ao Sr. Deputado que aproveite os seus encontros bilaterais com o Sr. Abascal e possa, com ele, fazer uma análise sobre as políticas desenhadas pelo Governo de Espanha.

Protestos de Deputados do CH.

Creio que vai ter um debate muito complicado com o Sr. Abascal, mas isso é um problema que o Sr. Deputado enfrentará da sua na sua família política.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Isto é extraordinário!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, devo dizer o seguinte: nós, em Portugal, guiamo-nos por aquilo que é mais favorável, importante e adequado à realidade de Portugal, aos nossos objetivos, aos nossos desafios, à proteção daquilo que está a acontecer, agora, e à proteção daquilo que pode vir a acontecer amanhã.

Sr. Deputado, nós fomos o primeiro Governo na Europa a decidir uma descida de um imposto, no caso o ISP, para compensar precisamente o aumento do preço dos combustíveis, ainda antes do aumento do preço se ter materializado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas esse é que é o erro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, nós temos hoje vigente um desconto, por parte do Estado, nos combustíveis em Portugal de forma generalizada, que é de 21,65 cêntimos no gasóleo e de 19,92 cêntimos na gasolina. Evidentemente, incorporando aquele que era o desconto antecedente, que ainda não foi eliminado, com aquilo que nós decidimos, porque se formos apenas à decisão deste Governo, desde março, temos um desconto de 10,26 cêntimos no gasóleo e de 5,64 na gasolina. Em cima disto, decidimos um desconto adicional para o setor dos transportes de mercadorias e de passageiros de mais 10 cêntimos por litro.

Protestos do CH.

E, Sr. Deputado, não deixando de fora um regime também mais favorável para as associações humanitárias de bombeiros e para o setor social, aliás, uma preocupação que o Sr. Deputado aqui manifestou num dos últimos debates.

Temos um mecanismo extraordinário que vamos reforçar — já lhe direi como, Sr. Deputado —, mas também temos o reforço da ajuda do Estado na botija de gás, a «Botija de Gás Solidária».

Protestos do CH.

Temos medidas que representam um valor mensal, como lhe disse há pouco, de 150 milhões de euros, que é equivalente ao de muitos Estados-Membros da União Europeia, mas, repito, cada um tem a sua realidade. Nós temos a nossa preocupação, não estou a medir esse nível de preocupação, pois, naturalmente, cada um dos meus colegas na União Europeia mede em função da sua realidade.

Nós lançámos uma linha de apoio de 600 milhões de euros, para as empresas que tenham maior impacto no consumo de energia no seu sistema produtivo, e, vou dizer-lhe, Sr. Deputado, amanhã mesmo, o Conselho de Ministros vai reforçar estes apoios.

Risos de Deputados do CH.

Os Srs. Deputados reclamam o apoio e, quando o Governo o quer anunciar, os Srs. Deputados sorriem.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — É verdade.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, é pelo dia desse apoio!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ah, é verdade, Sr. Deputado, hoje é quarta-feira, tínhamos esquecido esse detalhe. O Sr. Deputado convive mal com a circunstância destes debates serem à quarta e o Conselho Ministro será à quinta. Pronto, é o que é.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Para que não haja dúvidas, nós temos decidido todas as semanas! Esta linha de 600 milhões de euros para as empresas que têm uma maior necessidade de consumo de energia para o seu sistema produtivo foi decidida na semana passada, não havia debate na Assembleia da República.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Mas amanhã, Sr. Deputado, nós vamos decidir um adiamento do pagamento das contribuições para a segurança social, devidas em abril, em maio e em junho, portanto, três meses, para o setor do transporte de mercadorias — primeira decisão.

Segunda decisão, vamos solicitar à Comissão Europeia a derrogação da diretiva que impõe um limite de auxílios do Estado de 300 000 € por empresa para, precisamente, podermos ter descontos adicionais no âmbito da política fiscal de formação do preço dos combustíveis.

E vamos decidir — terceira medida — um programa de apoio de 30 milhões de euros para veículos de transporte de mercadorias por conta do outrem e para veículos de transporte coletivo de passageiros afetos a obrigações de serviço público pagos de uma só vez. Neste caso, para o transporte de passageiros, trata-se de um programa de apoio de 10 milhões de euros.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Mas é amanhã?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, eu quero dizer-lhe, em suma, que estamos atentos às consequências do aumento dos preços e ao aumento do custo de vida. É por isso que vou recordar aqui que ter finanças públicas equilibradas, como temos tido, com dois *superavit* seguidos, ter um crescimento económico superior à média da União Europeia e da zona euro, ter carreiras na Administração Pública com maior valorização salarial, ter o aumento dos salários, do salário mínimo, mas também do salário médio, de uma forma transversal na nossa economia, são os alicerces para podermos estar preparados, agora, para, de forma equilibrada, ponderada, tomar as medidas que são necessárias, no tempo e na forma, e que são mais convenientes ao interesse do País, para continuar a ser competitivo e continuar a ser uma referência de estabilidade, nomeadamente estabilidade económica e estabilidade financeira.

O Sr. Deputado, muitas vezes, diaboliza,…

Protestos do CH.

… e com alguma razão, embora muitas vezes, enfim, ampliando, no argumentário e na forma, aquilo que diz, aqueles tempos em que um determinado Governo e um determinado Primeiro-Ministro conduziram Portugal para uma situação muito desequilibrada. Não queira o Sr. Deputado fazer, por vias travessas, aquilo que conduziria a uma situação exatamente igual,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — porque isso aproximá-lo-ia dessa personagem, que tantas vezes o Sr. Deputado invoca estar muito longe de si.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, essa personagem que invoca não só desviou o País do caminho estrutural como fez outra coisa: enquanto o País ia num caminho mais estrutural ou menos estrutural, para onde ia desviado era para os bolsos dele próprio!

Risos do CH.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E espero que nenhum de nós, qualquer dia, tenha esse problema.

Portanto, sim, estamos longe desse personagem. Por mim, dito aqui no Parlamento, esse personagem estava preso o resto do tempo dele.

O orador simulou a colocação de algemas nos pulsos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É como a dancinha que faz no *TikTok*!

Aplausos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas foi o Sr. Primeiro-Ministro e, por isso, se ele estivesse aqui eu diria exatamente a mesma coisa. Espero que ele nunca volte para aqui, embora, como isto anda, ainda volte! Ainda vai presidir à Assembleia e ainda faz outras coisas. Também temos tido maus exemplos em tudo em Portugal, pode acontecer mais um. Em breve, aliás… Olhe, espero que nem responda aos pedidos que nos andam a fazer de esclarecimentos e que não paguemos, 1 cêntimo que seja, ao José Sócrates. Já agora quero dizer isto aqui, no Parlamento, porque se algum dia pagarmos, 1 cêntimo que seja, ao José Sócrates, não é só a nossa vergonha, é a vergonha desta Casa toda e sinal de que não fez o que devia fazer.

Aplausos do CH.

É sinal de vergonha desta Casa toda.

Falou de Itália, porém, para mim, há um País, há um Governo e é isso que me importa — e é a si que estou a fazer perguntas, não é à Primeira-Ministra italiana! Mas mesmo assim, se lá estivesse dar-lhe-ia esta mesma nota: é que em Itália houve um corte de 25 cêntimos — 25 cêntimos! —, por litro, nos impostos especiais sobre os combustíveis.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E aqui tivemos 20 cêntimos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quanto é que tivemos cá?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vinte cêntimos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Menos.

Quanto é que está o IVA em Itália? Menos do que cá!

E quantas são as taxas sobre as empresas em Itália? São metade das que temos aqui sobre as nossas empresas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E portanto, ó Sr. Primeiro-Ministro, pode querer comparar-se à Meloni — ela é um bocadinho mais bonita, não leve a mal!— ela é um bocadinho mais bonita…

Risos e aplausos de Deputados do CH.

… mas, além disso, tem outra coisa: é que, em Itália, Giorgia Meloni governa para os italianos, mas o senhor não governa para os portugueses, esse é que é o problema.

Aplausos do CH.

Esse é que é o problema! Por isso, ó Sr. Primeiro-Ministro, eu sei que já não temos muito, muito tempo, mas a estas perguntas eu gostava mesmo de ter um «sim» ou um «não»: o Sr. Primeiro-Ministro admite ou não mexer no IVA do cabaz alimentar? Está ou não disponível para pôr esse IVA a zero, temporariamente, como outros países têm feito?

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

E está ou não disponível para mexer na base tributária dos combustíveis, para podermos ter, pelo menos, a aproximação a estes países que lhe disse, à Itália, à Polónia, à Grécia e à Alemanha? — para eles não chegarem cá e dizerem «mas o que é que se passa convosco? Ganham menos e pagam mais?».

Eu gostava que, por uma vez na vida, este País fosse ao contrário. Até podíamos ganhar um bocadinho menos, infelizmente, mas que pagássemos menos impostos do que aqueles que estamos a pagar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Alexandro Poço** (PSD): — Na anterior legislatura não se podia baixar o IRS!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, menos IRS, menos IRC, menos IMT e até — é verdade! — menos IVA na eletricidade, por acordo político entre o Chega e o Partido Socialista. Eu tenho aqui de condescender: não foi uma decisão do Governo, foi uma decisão da Assembleia da República, de um acordo entre o Chega e o Partido Socialista.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Generoso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, eu prometi que não queria fazer isso,…

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

… só lhe dei um elemento de análise para o Sr. Deputado se inspirar melhor nos seus exercícios.

Eu não quero fazer essa comparação, mas se o Sr. Deputado tiver tempo faça a comparação do nível de desagravamento fiscal do Governo de Portugal com o nível de desagravamento fiscal de qualquer outro Governo da União Europeia, e depois tenha a seriedade de chegar aqui ao Parlamento e apresentar as conclusões. O Sr. Deputado, ainda por cima, conhece bem, porque é um homem da área fiscal.

Protestos do CH.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe — nós já o dissemos, e vou aqui reiterar — que o IVA zero nos alimentos não tem, a nosso ver, o efeito que é pretendido por quem anuncia essa proposta. E portanto, neste momento, estamos a idealizar outras medidas que, caso se venha a julgar adequado e conveniente, podem ser auxílios aos consumidores, em particular àqueles que têm mais dificuldade, mas que não passam por essa medida.

Quanto ao ISP, Sr. Deputado, só para relembrar, em Portugal, neste momento, o acumulado em descontos no ISP é de 21,65 cêntimos no gasóleo e de 19,92 cêntimos na gasolina.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, há uma coisa que nós ainda não conseguimos fazer em Portugal: sermos autossuficientes, para podermos fixar o preço dos combustíveis nos mercados internacionais — isso nós não conseguimos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, continua no uso da palavra.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, eu tinha dito três *ii*: o segundo é de incompetência. É de incompetência na área da saúde, porque, efetivamente, tivemos agora o Sr. Diretor Executivo do SNS a dizer «esqueçam lá isso de acabar com a ideia de os portugueses todos terem médico de família» — foi dito pelo Diretor Executivo do SNS — e que as listas de espera não vão acabar.

Portanto, tivemos um combate, do PSD ao PS, durante os últimos anos do Governo deste, a dizer «não, não, temos de ter todos com médico de família, temos de ter todos com a possibilidade de aceder mesmo à especialidade oncológica, mas a outras», e agora tem o seu diretor executivo a dizer que não.

Além disso, temos notícias preocupantes do dinheiro que o Governo tem atirado fora. Por exemplo, 311 milhões de euros foram alienados do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e coisas como o Hospital de Lisboa Oriental já não vão avançar!

Quer dizer, ó Sr. Primeiro-Ministro, eu já lhe tinha dito isto, há 15 dias, quando aqui estivemos: se há área em que os portugueses vão avaliar o seu trabalho é nesta área da saúde.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então, explique-me lá como é que, a fechar urgências, a acabar com serviços centrais, regionais e desconcentrados — quer em Setúbal, quer no Barreiro, quer no norte do País, a fechar urgências! —, a dizer que afinal já não vai haver médico de família para todos… Exceto, claro, para os imigrantes que chegam, esses têm tudo e não precisam de pagar nada!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Ora bem!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Esses não precisam de fazer mais nada!

Mesmo assim, encerra serviços; diz que há hospitais que avançam, mas não avançam; diz que vai haver redução de listas de espera, e não há. Dê-me um exemplo — um! — da sua competência em saúde, porque eu acho que já são vezes a mais em que a incompetência do Governo é na área que mais toca às pessoas, que é na área da saúde.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, com a gestão do tempo que permita…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O Chega pode dar!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O próprio pode dar tempo ao Governo para responder!

O Sr. **Rodrigo Taxa** (CH): — O CDS dá 3 minutos!…

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Estamos aqui numa lógica de gestão, em função de…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — De negociação!

O Sr. **Presidente**: — Então, penso eu que a Mesa interpretou bem o sentido, que é este: o Sr. Deputado André Ventura volta a usar da palavra; depois, haverá 20 segundos que são cedidos ao Governo,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O tempo que sobrar!

O Sr. **Presidente**: — … para o Sr. Primeiro-Ministro poder responder às questões colocadas. É assim?

O Deputado André Ventura acenou afirmativamente com a cabeça.

Vamos acertar, então, o ponto.

Pausa.

Já está feita a alteração.
Faça favor, Sr. Deputado André Ventura, tem 1 minuto e 39 segundos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já não tem mais nada para dizer! Anda ali às voltas, a encher chouriços!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, nesse caso vou fazer já as questões todas, mas que fique, mesmo assim, esta nota: quem gere mal o tempo gere mal o País — geralmente é assim!

Aplausos e risos do CH.

Vozes do PSD: — Eh!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem gere mal o tempo gere mal o País.
Em qualquer caso, tenho duas questões para lhe colocar, ambas importantes. A primeira é, mais uma vez, relativa ao seu Ministro das Finanças, que disse ontem que a baixa do IRS em 2026, afinal, já não vai acontecer, e que os aumentos aos pensionistas também já não vão acontecer.

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

Eu gostava que dissesse se isto é verdade ou não.
Disse o Sr. Ministro que, com o impacto dos empréstimos do PRR, as crises das tempestades, o conflito do Irão,…

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças** (Joaquim Miranda Sarmento): — É mais difícil!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … tudo isto vai ficar praticamente impossível.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — É mais difícil!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para ter sido dito pelo Ministro é porque não vai acontecer, e eu acho que quem nos está a ouvir merece saber se vai ter aumentos ou não, sobretudo os pensionistas, que já recebem uma miséria neste País e merecem saber se vão ter esse aumento ou não, e se não estão sempre aos sabores

do Governo. Senão, torna-se um Governo de tipo *PowerPoint*, que em janeiro faz muitos *PowerPoint*, mas em maio já não há nada disso e volta atrás. Espero que não seja esse o caso!

Finalmente, não posso deixar de responder ao que disse o seu Grupo Parlamentar em matéria de imigração, de que corrigiram o que quer que fosse. Não corrigiram nada! O País continua um caos em matéria de imigração, muito por vossa responsabilidade. Já nem vou à responsabilidade daquele partido,…

O orador apontou para o Grupo Parlamentar do PS.

… porque esse, para mim, já não existe, praticamente, é só mesmo uma questão de responsabilidade.

Sr. Primeiro-Ministro, eu vou-lhe dar isto hoje,…

O orador exibiu um documento.

… vou enviar para si — não sei se será importante enviar para todos, mas envio para si. São pedidos de atestado de residência, numa freguesia em que há um senhor, chamado André Lopes Pedro, que foi testemunha 807 vezes; há outro senhor, que é o Cláudio Pedro, que foi 780 vezes;…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Devem ser irmãos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … há o Sr. Nataniel Afonso, que foi 50 vezes; há o Sr. Paulo Costa, que foi 30 vezes; e os outros por aí adiante. Isto são as testemunhas do que temos hoje.

O orador voltou a exibir o mesmo documento.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tem de mandar isso é para o Ministério Público!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A nossa imigração é uma vergonha!

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É mandar para o Ministério Público!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E a garagem da Mafalda?!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro tem 25 segundos, mais a tolerância, e pedia a atenção da Câmara para ouvirmos a resposta do Sr. Primeiro-Ministro. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, quanto à questão da saúde, quero dizer-lhe que a reprogramação em sede de PRR não coloca em causa a execução de nenhum projeto. Apenas a fonte de financiamento muda, por razões de gestão do percurso da execução.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então e o Hospital de Lisboa? Vai fazer?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tudo! Não vai ficar por fazer nada, em função da reprogramação do PRR.

Aplausos do PSD.

As verbas são alocadas a outros objetivos e nós arranjamos outra fonte de financiamento.

À segunda questão, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que «mais difícil» é muito diferente de «não vai acontecer». Está mais difícil a execução, o que não quer dizer que não possa acontecer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Imigração: fraudes são para combater. Se o Sr. Deputado tiver elementos, diga-nos e nós vamos atrás deles.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Temos de ir à garagem da Mafalda!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Mariana Leitão pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, faça favor.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, é só para corrigir, no fundo, uma questão e para pedir a distribuição de uns documentos, porque o Sr. Primeiro-Ministro, há pouco, na parte em que respondia às minhas questões, disse que a carga fiscal diminuiu de 24,9 % para 24,5 % do PIB (produto interno bruto).

O Sr. **Presidente**: — Nós ouvimos isso.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Na verdade, a carga fiscal aumentou, segundo os dados do próprio INE (Instituto Nacional de Estatística)…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eh, pá!

O Sr. **Presidente**: — Mas o que é que quer juntar? O que é que quer juntar, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, queria distribuir os quadros do Instituto Nacional de Estatística, que evidenciam exatamente o contrário daquilo que o Sr. Primeiro-Ministro afirmou.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído, muito obrigado.

Vou dar a palavra agora ao Sr. Deputado José Luís Carneiro, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, logo após o início da guerra no Irão, pude aqui apresentar propostas ao Sr. Primeiro-Ministro para responder às necessidades que imediatamente se viriam a fazer sentir, no que respeita ao custo de vida para as famílias, no que respeita ao custo com os combustíveis, com a eletricidade, com o gás e também com aquilo que seria expectável, logo na altura, em relação aos custos com os empréstimos à habitação.

O Sr. Primeiro-Ministro, na primeira hora, desvalorizou as propostas e as palavras do Partido Socialista, o que, aliás, é costume.

Depois, voltei a apresentar propostas, em modelo de recomendação ao Governo, nesta Assembleia da República, e a AD voltou a chumbar essas propostas. Propostas para mitigar os custos com os combustíveis, com a eletricidade, com o gás e, nomeadamente, com os custos dos setores da agricultura e também das pescas.

Pois bem, Sr. Primeiro-Ministro, neste fim de semana tive o contacto de um cidadão do Alentejo.

Vozes do PSD: — Ah!…

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é raro!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — É a verdade!

Sr. Primeiro-Ministro, o cidadão Paulo Alexandre, de Ficalho, em Serpa, foi abastecer o seu carro à fronteira com Espanha.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu já mostrei!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — E a ida à fronteira com Espanha permitiu concluir o seguinte: nós estamos a pagar mais 45 cêntimos por litro do que o que se paga naquela fronteira com o Alentejo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está aqui!

O orador exibiu um gráfico.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Ou seja, Sr. Primeiro-Ministro, significa isto que, para atestar um depósito de 40 l, um cidadão português paga mais 18 €.

Aplausos do PS.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro a pergunta é esta: até quando é que vai manter esta insensibilidade, mantendo-se insensível ao custo de vida dos portugueses?

Permita-me que lhe diga o seguinte, Sr. Primeiro-Ministro: só o Sr. Primeiro-Ministro, o Governo e a bancada da AD é que traçam um quadro cor-de-rosa da vida dos portugueses,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ui!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — … porque para quem vive o dia a dia…

Aplausos do PS.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, posso dizer-lhe — e tenho a certeza de que ao dizer-lho estou a representar a voz de muitos milhares de portugueses —…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Até mandaram mensagens hoje!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — … que, para quem vive o dia a dia: há pessoas que contam os seus cêntimos…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não queremos nada disso!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — … para fazerem contas àquilo que vão comprar no supermercado a cada fim de semana.

Até quando, Sr. Primeiro-Ministro, esta insensibilidade na resposta ao custo de vida, que é hoje exigente, para a qualidade de vida das pessoas no nosso País?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, deixe-me dizer-lhe que quadros cor-de-rosa não são a minha especialidade,…

Risos de Deputados do PSD.

… mas são a sua. Não são a minha especialidade, mas são a sua!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os quadros cor-de-rosa que o Sr. Deputado, ao longo dos últimos anos, veio sustentando são os quadros do aumento generalizado dos impostos e da carga fiscal, são os quadros da deterioração dos serviços públicos,…

Protestos de Deputados do PS.

… são os quadros, esses sim, da insensibilidade, da criação da ilusão de que é possível dar tudo a todos, ao mesmo tempo, sem criar desequilíbrios.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Rui Jorge Santos** (PS): — Espelho meu, espelho meu!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Partido Socialista, Sr. Deputado José Luís Carneiro, com o devido respeito, não acerta uma. Não acerta uma!

O Sr. **Rui Jorge Santos** (PS): — Espelho meu, espelho meu!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ou bem que leva o País para uma situação de desequilíbrio,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … porque tem uma gestão completamente desregrada das finanças públicas, ou bem que tenta criar um equilíbrio, mas o equilíbrio é criado à custa de mais impostos e à custa do sofrimento das pessoas, com a diminuição da prestação de serviços públicos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Quando?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que o Sr. Deputado poderia dizer é que eu defendo um quadro diferente — eu não lhe queria dar nenhuma coloração, mas se quiser dar uma coloração mais cor de laranja e azul pode dar à vontade —, um quadro segundo o qual os rendimentos das pessoas estão a aumentar; os salários estão a crescer; o salário mínimo está a crescer, mas também o salário médio; os impostos sobre o rendimento do trabalho estão a diminuir; os impostos sobre o rendimento das empresas também estão a diminuir, para que elas possam ter mais instrumentos para investir, para inovar e para poderem pagar melhores salários; e, ao mesmo tempo, estamos a corrigir injustiças graves como aquelas que os senhores nos legaram, no âmbito do complemento solidário para idosos,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É uma medida do PS!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … onde havia uma injustiça gritante que afastava muitos beneficiários, onde o valor era, de facto, muito reduzido e onde a comparticipação para os medicamentos era metade da que é hoje.

Portanto, em matéria de sensibilidade, sinceramente, o Sr. Deputado não tem aqui nenhum tipo de autoridade moral para me fazer, a mim e a este Governo, essa acusação.

Mas deixe-me dizer-lhe também, com todo o respeito democrático, que acho completamente inadequado que o Sr. Deputado diga que nós desvalorizamos as propostas do Partido Socialista. Nós não desvalorizamos as

propostas do Partido Socialista, nós ouvimos, nós analisamos. Sr. Deputado, coisa diferente é concordar, coisa diferente é nós executarmos integralmente as propostas do Partido Socialista.

O Partido Socialista não pode pensar, porque essa é, creio eu, uma visão demasiado arrogante da democracia, que as suas ideias são únicas e são as melhores. Nós achamos que não são únicas nem são as melhores, Sr. Deputado, mas isso não é desvalorizar!

Aplausos do PSD.

Isso é considerar, avaliar, analisar e decidir, que é o que nos compete.

Sr. Deputado, tenha consciência — e eu sei que tem — de que o exercício da governação deve medir os sinais que damos à nossa sociedade e às pessoas, e há um sinal que não devemos dar, que é o sinal da ilusão, o sinal da irresponsabilidade.

Só faltou o Sr. Deputado dizer que a responsabilidade pelo aumento do custo de vida é do Governo e que o Governo deve compensar completamente o aumento do custo de vida por via do aumento dos preços. Sr. Deputado, nós estamos aqui para promover a justiça social, estamos aqui para ajudar aqueles que mais precisam, estamos aqui para fazer diminuir o impacto do que mudou de forma muito rápida — e, de facto, os preços dos combustíveis, e por via deles o preço de muitos bens, mudou de forma muito rápida. Estamos aqui para o fazer, Sr. Deputado, mas não é à custa do futuro de todos nós, não é querendo dar hoje muito para amanhã tirar mais ainda; é querer dar hoje aquilo que podemos, é querer estar hoje ao lado das pessoas e das empresas para amanhã continuarmos a ser mais produtivos e mais competitivos, para continuarmos a poder gerar mais rendimento para todos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Continua no uso da palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, faça favor.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, é curioso que o Sr. Primeiro-Ministro, no conjunto da sua intervenção, para desdenhar a herança que recebeu do Partido Socialista e do Governo do PS,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Do Sócrates!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — … se tenha esquecido de falar dos mais de 3000 milhões de euros que deixámos de superávite orçamental,…

Protestos de Deputados do PSD.

… que se tenha esquecido do PT 2030, com cerca de 23 000 milhões de euros, e que se tenha esquecido também, Sr. Primeiro-Ministro, do Plano de Recuperação e Resiliência, de mais 22 000 milhões de euros.

Aplausos do PS.

É verdade!

Deveriam falar também da herança que receberam e que permite executar hoje tanto investimento público no nosso País, apesar de tudo, ainda insuficiente.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tanto investimento público!…

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, consideramos que é imoral o Governo e o Estado estarem a arrecadar receita à custa do sacrífico dos portugueses. Repito, a arrecadar receita à custa do sacrifício dos portugueses!

Protestos de Deputados do PSD.

Sr. Presidente, julgo que estão criadas poucas condições para continuar a intervir, dada a perturbação aqui ao meu lado esquerdo, mas eu terei condições para continuar nos termos em que está a acontecer.

Queria dizer o seguinte: é imoral que o Governo continue a arrecadar receita à custa do sacrifício dos portugueses. E porque é que digo isto, Sr. Primeiro-Ministro? Por uma razão simples, é que se contarmos com um expetável aumento da inflação de 1,5 pontos percentuais, o que significa um aumento de 71 % em relação ao que estava previsto no Orçamento do Estado, isso significa que é possível fazer a previsão de um aumento da receita do IVA sobre os combustíveis na ordem dos 500 milhões de euros por ano.

A pergunta que lhe faço é: quanto é que o Governo, até agora, arrecadou de receita acima da que estava prevista em resultado da inflação? E, Sr. Primeiro-Ministro, até quando vai manter esta atitude do Governo, que é a de arrecadar mais receita do que aquela que estava prevista em função da inflação e não corresponder às exigências do custo de vida no nosso País?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Chamava a atenção dos Srs. Deputados para que as condições de audição sejam boas.

O Sr. **Pedro pinto** (CH): — É o PS, lá atrás!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, há uma outra coisa que nós também não devemos fazer, que é precipitarmo-nos. A precipitação é inimiga da boa decisão e da boa gestão pública e o Sr. Deputado está a antecipar uma evolução inflacionista, que, é verdade, pode vir a acontecer e, se acontecer, o Governo terá de adequar as suas medidas a essa trajetória, mas também é possível que não aconteça,…

Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.

…e que não aconteça na dimensão que o Sr. Deputado aqui expressou. Por isso, é necessária alguma prudência.

Eu, há pouco, bem dizia que o Sr. Deputado tinha muito mais jeito do que eu para quadros cor-de-rosa, e foi exatamente aquele que o Sr. Deputado não resistiu a pintar relativamente à herança que nos legou.

Eu apenas quis contextualizar, mas, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe: não nos foi endossado nenhum valor de 3000 milhões de euros para podermos usufruir e gastar.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — De superávite!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O resultado orçamental de 2023 foi, naturalmente, consumido na diminuição da dívida pública,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … o que tem um efeito positivo, não há dúvida nenhuma, mas não é uma disponibilidade financeira. O dinheiro não transitou de um ano para o outro, Sr. Deputado.

A execução de 2024, devo dizer, ficou já a cargo do anterior Governo…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Do Orçamento Medina!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … a que presidi, e ficou a cargo com um quadro que, à época, era muito pouco cor-de-rosa, mesmo na visão da bancada do Partido Socialista, que achava que nós não iriamos cumprir. Mas cumprimos, e superámos até as respetivas metas.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que o Partido Socialista tem uma intervenção legítima, saudável na nossa democracia e tem todo o direito, diria mesmo até a obrigação, de colocar em cima da mesa as suas propostas e a sua visão sobre as circunstâncias sociais e económicas que o País atravessa.

Sr. Deputado, nós não deixaremos de olhar para essas propostas, mas decidiremos de acordo com a nossa estratégia e a nossa orientação.

Deixe-me recordar-lhe, Sr. Deputado, que nós já tivemos intervenção ao nível dos impostos, e dos impostos sobre os combustíveis, e a verdade é que, se atendermos ao valor dos combustíveis na semana de 2 de março, antecipámos que mal o preço tivesse uma oscilação superior a 10 cêntimos o aumento do IVA iria ser completamente neutralizado.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Não percebeu, ainda!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou repetir, para que em casa se perceba melhor: a partir de 10 cêntimos de aumento face ao preço dos combustíveis na semana de 2 de março, o efeito do IVA é zero! Nós não cobramos IVA sobre o aumento.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Esse valor é consumido por uma fatia que é exatamente correspondente no âmbito do ISP. Até lhe vou dizer mais, Sr. Deputado: nem sempre é exata. Da semana passada para esta semana houve uma oscilação de diminuição do preço da gasolina e do gasóleo e nós não fizemos operar uma correção do valor do desconto, porque entendemos que a oscilação não era significativa. Desse ponto de vista, o desconto nesta semana, em termos relativos, é superior ao da semana passada.

Além disso, Sr. Deputado, tivemos intervenção na botija do gás solidário, tivemos intervenção no apoio às instituições particulares de solidariedade social, às associações humanitárias de bombeiros, às empresas de táxi, aos transportadores de passageiros e de mercadorias.

Teremos, amanhã um conjunto de medidas que robustecem também a outra medida, que tomámos na semana passada, de uma linha de apoio de 600 milhões de euros para as empresas que dependem mais, no seu processo produtivo, do consumo de energia. Em particular, temos medidas dirigidas ao transporte de mercadorias e de passageiros — no caso das mercadorias com o adiamento do pagamento de três contribuições para a Segurança Social, relativas aos meses de abril, maio e junho —, relativamente a todo este setor, solicitando à Comissão Europeia que nos desobrigue dos limites impostos pela diretiva, que tem um teto máximo do apoio que o Estado pode conceder; e, em conclusão, um programa de 30 milhões de euros para apoiar os veículos de transporte de mercadorias por conta de outrem e outro de 10 milhões de euros para os veículos de transporte coletivo de passageiros, ambos afetos a obrigações de serviço público.

Sr. Deputado, creio que estas medidas poderão ser consideradas insuficientes, sendo que elas estão em constante evolução em face da evolução da situação. Há uma coisa que nós não faremos: não vamos hipotecar o futuro para ficarmos bem numa fotografia apenas no presente.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Mantém-se no uso da palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, nós temos também sentido de responsabilidade ao não querermos que se hipoteque o futuro com as medidas que estão a ser adotadas por parte do Governo. Agora, aquilo que nós não queremos é que o Estado arrecade receita, além daquela que era previsível, em resultado da inflação sobre os bens que dizem respeito à vida das pessoas.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Exatamente!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Já agora, o Sr. Primeiro-Ministro poderia também ter dito que quanto ao resultado da redução do ISP, a redução que o Sr. Primeiro-Ministro acabou de referir, 50 % refere-se à redução

que tinha sido feita pelo Governo do PS; e 70 %, no que respeita à gasolina, é resultado da decisão tomada pelo Governo do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, no dia 14 de janeiro, eu disse aqui, nesta Assembleia, que o Governo tinha feito um aumento da carga fiscal, aliás, no seguimento daquilo que disse hoje a Sr.ª Deputada da Iniciativa Liberal. O Sr. Primeiro-Ministro negou três vezes que tivesse havido um aumento da carga fiscal.

Protestos do Deputado do PS Hugo Soares.

Pois eu quero voltar ao tema, Sr. Primeiro-Ministro: os portugueses pagaram mais 6,9 mil milhões de euros de impostos, ou seja, houve mais 6,7 % de receita de impostos. Significa isto, à luz dos dados do Instituto Nacional de Estatística, que estão disponíveis para quem os quiser consultar,…

O orador exibiu os dados a que se referiu.

… que há um dado muito importante: a receita de impostos e a receita contributiva cresceram acima do crescimento nominal da economia, o que significa que o Sr. Primeiro-Ministro prometeu baixar a carga fiscal, mas aumentou a carga fiscal, contrariamente àquilo que tinha afirmado.

Aplausos do PS.

Mais, Sr. Primeiro-Ministro, para ser mais rigoroso, aumentou a carga fiscal em 0,2 pontos percentuais. Mas já agora, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor também tem um título, que é o seguinte: o senhor conseguiu a segunda maior carga fiscal dos últimos 15 anos.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, é importante olhar para os dados do INE.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Houve uma altura em que cheguei a dizer aqui que o saldo da Segurança Social seria superior a 1000 milhões de euros. O Sr. Ministro das Finanças e o Sr. Primeiro-Ministro vieram desmentir o líder do PS. Mas o que é que veio dizer agora o relatório do Instituto Nacional de Estatística? Que o saldo da Segurança Social foi superior a 1200 milhões de euros!

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro faltou à verdade neste Parlamento. Foi porque não tinha os números exatos, e isso é compreensível, ou porque quis faltar à verdade a este Parlamento?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro tem 28 segundos mais 15 segundos de tolerância para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, eu não faltei à verdade e transmiti-lhe, naquela circunstância, os números reais da Segurança Social.

Não vou acusar o Sr. Deputado de faltar à verdade, mas vou, pelo menos, imputar-lhe a intenção de adulterar a verdade no que diz respeito à carga fiscal, Sr. Deputado José Luís Carneiro. A carga fiscal sobre os impostos em Portugal desceu, de 2023 para 2025, de 24,9 % do Produto para 24,5 %.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — INE!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A carga contributiva desceu de 2023 para 2024 e subiu de 2024 para 2025 fruto do aumento dos salários, Sr. Deputado…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Parece o António Costa a falar!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro terá de responder noutra plataforma.
Sr. Deputado José Luís Carneiro, tem a palavra para continuar as perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, lamento que não tenha mais tempo para poder responder às questões que queria colocar, mas não podia deixar de falar de um tema que também me parece importante no que tem que ver com a qualidade da democracia, e é possível que as explicações que venham a ser dadas sejam suficientes.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já foram!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Tivemos conhecimento, Sr. Primeiro-Ministro, que há uma empresa que foi contratada pelo Governo para fiscalizar as redes sociais e a comunicação social, fazendo uma hierarquia das notícias mais adversas ao Governo.
Chamo a atenção que esta empresa trabalhava para o Governo do Reino Unido e sei que trabalhou para as Nações Unidas e para outros locais.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E para o PS! Também já deve ter trabalhado para o PS!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Vou fazer uma pergunta muito simples. Esta empresa tinha contrato com o Governo do Reino Unido, esse contrato foi suspenso porque a empresa estava a fiscalizar jornalistas e a oposição.

Protestos do PSD.

A pergunta é: essa empresa está a fazer o trabalho de acordo com aquilo a que obriga a lei ou não?
Além disso, gostávamos de ter conhecimento do caderno de encargos e dos seus termos, bem como dos relatórios que são produzidos por essa empresa, para fazer o seu escrutínio e garantir que o trabalho dessa entidade respeita a legalidade democrática.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro, a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, volto ao assunto do aumento do custo de vida porque é completamente inevitável.

O cabaz alimentar está a 260 €, mais 18 € do que no início do ano e custa mais 25 € encher um depósito de 50 l desde o início da guerra de Trump ao Irão. A comida está mais cara, os combustíveis estão mais caros, e isto num País onde as pessoas já viviam aflitas ao fim do mês e onde o preço das casas é um absurdo.

Este aumento vem agravar ainda mais a situação difícil em que as pessoas vivem, e é imoral permitirmos que as pessoas se vejam confrontadas entre a escolha de abastecer o carro para poder ir trabalhar, pôr comida na sua mesa ou comprar bens na farmácia.

O Governo tem implementado algumas medidas, mas, claramente, não são suficientes, porque o resultado está à vista, qualquer pessoa o sente no dia a dia.

Estamos de acordo que o Estado não deve lucrar com o sofrimento das pessoas e, por isso, saudamos algumas medidas, como, por exemplo, a redução temporária do ISP, mas a verdade é que o Governo poderia ter ido mais longe.

O Sr. Primeiro-Ministro defendeu há pouco que o IVA zero no cabaz alimentar não serve o propósito, porque não beneficia as pessoas diretamente, mas o Livre trouxe uma proposta que beneficia as pessoas diretamente, que é a devolução de 100 % do IVA dos bens essenciais às famílias com menores rendimentos.

Aplausos do L.

Essa é uma medida direta e que pode apoiar diretamente as pessoas com menores rendimentos.

Portanto, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, porque é que esta medida não é adotada nesta situação de crise que estamos a viver.

Mas não é só o Estado que não deve lucrar com o sofrimento das pessoas, também as empresas não devem lucrar com o sofrimento das pessoas e à custa do garrote que está a ser imposto com o aumento do custo de vida.

É imoral as empresas lucrarem com a guerra, por exemplo. Já tínhamos avisado para isto antes, o Governo não agiu a tempo e o resultado está à vista. Hoje, soubemos que as petrolíferas do mundo estão a lucrar 30 milhões de euros por hora, o que vai perfazer 246 mil milhões de euros até ao final deste ano. Isto pelo impacto direto da guerra de Trump ao Irão.

Como é que é aceitável? Como é que é aceitável permitirmos que haja estes lucros de guerra?

A Galp e Portugal não são exceções. A margem de refinamento por barril da Galp subiu quase 200 % desde há um ano. Vai dizer-me que o Governo está aberto à taxação de lucros extraordinários no setor energético — e ainda bem, saúdo essa reconsideração e já não a considerar demagógica e populista —, só que isso não resolve o problema das pessoas agora. Como, aliás, dizia o Sr. Deputado Hugo Soares, é preciso olhar para as pessoas e resolver os problemas agora.

O problema é quando vamos ao supermercado ou à bomba de gasolina, e foi por causa disso que o Livre propôs a reativação de um quadro legal que permitiria ao Governo balizar as margens de lucro das empresas nestas situações.

Em vez de estar a taxar os lucros extraordinários das empresas, porque é que o Governo não implementa um balizamento das margens de lucro para que as pessoas, quando vão à bomba de gasolina, não paguem mais e as empresas não estejam a lucrar diretamente? Porque é que não se faz isto?

E quero perguntar se o Governo tem outras medidas para que as pessoas possam sentir um alívio direto já e não tenham de escolher entre pôr comida na mesa ou pôr combustível no carro para ir trabalhar.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, calculo que a Sr.ª Deputada também tenha essa preocupação relativamente à saúde democrática, pelo que, se me permite, queria dizer ao Sr. Deputado José Luís Carneiro — são só 10 segundos — que o caderno de encargos a que ele aludiu foi entregue hoje de manhã na reunião da respetiva comissão.

Sobre as suas questões, Sr.ª Deputada, quero dizer que é evidente que, nesta discussão, teremos sempre oportunidade, cada um, de apresentar as suas ideias. Depois, dá-se a circunstância de que as ideias de cada

um têm um racional, uma lógica, uma coerência dentro do pacote de medidas de cada um. Se começarmos a integrar ideias provindas de todo o lado, isto não se compreende.

Só estou a dizer isto porque algumas ideias têm um sentido eventualmente positivo, mas, conjugadas com as outras medidas que estão em implementação, não têm o mesmo resultado nem o mesmo enquadramento.

É o caso de algumas das medidas a que a Sr.ª Deputada aqui aludiu. À questão do IVA do cabaz alimentar já respondi, mas a questão da devolução também tem problemas de aplicação, de justiça relativa e de combate ao abuso, e nós, no Governo, estamos abertos a ter uma solução diferente.

Não lhe posso ainda dizer qual é, porque estamos a ponderá-la e a ver como é que a situação evolui. Isto precisamente porque, no nosso entendimento, o princípio até é correto; no entanto, à luz de uma visão mais coerente e sólida do efeito e da forma de obtenção do resultado, poderemos tomar uma medida que vai globalmente no mesmo sentido, mas que é obtida por outra via. Não posso adiantar, neste momento, mais do que isto.

Posso dizer-lhe, Sr.ª Deputada, a propósito dos lucros excessivos, que há aqui duas componentes, sendo que uma delas é a componente das empresas que comercializam o petróleo à escala internacional, e muitas delas estão, de facto, a ter lucros extraordinários.

Basta pensar que o mecanismo de formação do preço não atende à origem do produto. Por exemplo, em Portugal, compramos petróleo ao Brasil e à Argélia, dois mercados que não estão a ser influenciados diretamente pelo conflito do Médio Oriente, mas o produto está mais caro por via da aplicação do mecanismo de formação do preço nos mercados internacionais. Esse é um prisma.

Prisma diferente é aquilo que acontece nas bombas de combustível, nas estações de serviço. Aí, Sr.ª Deputada, uma das primeiras medidas que tomámos foi precisamente a de colocar os nossos serviços de fiscalização, em particular a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica), a fazer uma verificação sobre aquilo que estava a acontecer na realidade e se havia ou não algum abuso especulativo na formação de preço.

Até ao momento, ainda não detetámos nenhum abuso, nenhum mecanismo diferente do normal e regular nessa matéria. Isso significa, portanto, que a nossa ação de fiscalização deve continuar, mas que, ao mesmo tempo, se deve continuar a promover outro tipo de medidas, nomeadamente a diminuição do ISP.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, tem a palavra para uma interpelação ao Governo.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o período inflacionário já começou há muito tempo…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há dois meses!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … e as pessoas que estão a sofrer com este problema já podiam estar a ser ajudadas. E falamos de dezenas, centenas de euros que fazem toda a diferença na vida das famílias.

Enquanto o Governo está a ponderar, a pensar, já aqui foram apresentadas várias ideias que podiam estar a ser concretizadas e a ajudar diretamente as pessoas. Isso é algo que é urgente fazer, porque as pessoas estão aflitas.

Queria voltar à questão do pacote laboral. O Sr. Primeiro-Ministro disse aqui que era um Governo de concertação, mas, na verdade, o que foi feito com o pacote laboral foi tudo menos procurar consensos na nossa sociedade. Afastaram a CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) das negociações,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A CGTP é que se autoexcluiu!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … diabolizaram a UGT (União Geral de Trabalhadores) e, no fundo, afastaram as estruturas sindicais da construção do nosso código laboral. As estruturas sindicais são importantíssimas na concertação social, fazem parte da concertação social e têm de ser respeitadas.

Sr. Primeiro-Ministro, como espera melhorar a competitividade do País à revelia dos trabalhadores? Como espera melhorar a competitividade do País se os trabalhadores estão insatisfeitos, se sentem que trabalham de mais, se estão angustiados com a conciliação familiar?

É que é exatamente o contrário do que deveria ser feito neste século de tecnologia, neste século XXI.

Sr. Primeiro-Ministro, o que nasce torto dificilmente se endireita e parece-me que este processo nasceu torto e que dificilmente se irá endireitar. A bem da estabilidade e a bem da economia, aconselho que retire o pacote laboral e que recomece o processo com a concertação social.

Aplausos do L.

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais e da Deputada da IL Mariana Leitão.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, vamos ser diretos e política e intelectualmente honestos. A Sr.ª Deputada nunca concordaria com uma proposta de alteração da legislação laboral provinda do Governo. Essa é que é a verdade.

Protestos do L.

É, Sr.ª Deputada, não vale a pena estarmos aqui a ignorá-lo, é verdade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª Deputada vem agora dizer que o que nasce torto nunca se endireita, como quem diz que se a forma tivesse sido diferente, se tivesse havido uma negociação diferente…

Protestos do L.

Ó Sr.ª Deputada, nós levámos nove meses intensos de diálogo com os parceiros sociais. Dessas bancadas, das bancadas que transformaram o Parlamento na concertação social e que não queriam que se fizesse à mesa da concertação social, com as entidades sindicais e as entidades patronais, nós não recebemos esse tipo de lição, Sr.ª Deputada, não recebemos.

Aplausos do PSD.

Mais, nós temos crédito na convergência, na aproximação, no sentido de equilíbrio, no sentido de responsabilidade. Nós temos crédito com os nossos trabalhadores. Não venham com essa lengalenga de que não estamos interessados em motivar, incentivar e promover maior produtividade para os nossos trabalhadores. Nós fazemos isso com aqueles que dependem de nós! São 39 acordos feitos e 29 carreiras que já foram revistas em menos de dois anos, Sr.ª Deputada!

Aplausos do PSD.

Temos mais de 50 reuniões realizadas com os parceiros sociais e temos a expectativa de que essas reuniões possam ser produtivas. Mas eu já disse e vou reafirmar: quem é soberano é o Parlamento…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e o Parlamento vai ter o seu momento de traduzir a sua vontade numa análise, num aprofundamento e numa votação desta proposta.

A nossa posição, ao contrário dos Governos que nos antecederam, é a de que a concertação social é um elemento fundamental para a ponderação do Parlamento, mas, independentemente disso, independentemente da concertação social, o Parlamento vai mesmo decidir.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.ª **Presidente**: — Para questionar o Sr. Primeiro-Ministro, tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do PCP, o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, começava exatamente pelo pacote laboral, que, diga-se com franqueza, apesar de a Iniciativa Liberal e o Chega estarem tão entusiasmados com ele,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outra vez?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … foi rejeitado. Foi rejeitado pelos trabalhadores, foi rejeitado na greve geral, foi rejeitado nas lutas todas e vai ser rejeitado na próxima sexta-feira.

Protestos da Deputado da IL Mariana Leitão.

Queria pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que desse três exemplos concretos da sua proposta que, face à lei atual, melhoram a vida dos trabalhadores.

Aplausos do PCP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado Paulo Raimundo, é a enésima vez que o Sr. Deputado me faz essa pergunta.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não é, não! É a primeira!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu vou responder: Sr. Deputado, as nossas propostas, todas elas, visam dar condições à nossa economia, para ser mais competitiva, para ser mais produtiva, para gerar mais valor e mais riqueza, para pagar melhores salários e também para dar, já agora, uma receita fiscal compatível com as responsabilidades que o Estado tem, para cumprir todas as suas tarefas.

Sr. Deputado, até vou conceder-lhe uma coisa: vou falar-lhe de dois pontos em particular, que têm sido os mais controversos.

Eu tenho um entendimento segundo o qual uma economia em que há efetivamente *outsourcing*, em que as empresas podem complementar as suas atividades umas com as outras, com o seu grau de especialização, gera maior condição de eficiência, maior condição de se obter melhores resultados.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Até eu concordo com o Governo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Uma economia em que empregadores e trabalhadores podem sentar-se a uma mesa, chegar a um acordo expresso para gerir um banco de horas, segundo o qual o trabalhador pode trabalhar mais duas horas por dia nuns dias e pode trabalhar menos duas horas por dia noutros dias, para gerir a sua vida, resulta em mais bem-estar…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não resulta nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … no ambiente de trabalho e capacidade da empresa de promover os seus resultados. Eu acredito nisto, Sr. Deputado. O Sr. Deputado não acredita.

Há uma coisa que o Sr. Deputado faz de forma errada. O Sr. Deputado fala em nome dos trabalhadores, como se tivesse esse poder de representação, e não tem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quem tem o poder de representação dos trabalhadores é, individualmente, cada um deles, e é, quando muito, a representação que os trabalhadores escolhem quando vão às urnas e elegem os seus representantes nesta Assembleia da República.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e da Deputada da IL Mariana Leitão.

Eu, que tenho um respeito efetivo, concreto, por aquilo que é o trabalho sindical, o trabalho de representação que acontece diretamente nos sindicatos e que pode acontecer noutras estruturas, como comissões de trabalhadores e até grupos informais de relação na empresa entre os empregadores e os seus funcionários, devo dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: até o movimento sindical, hoje, não tem o grau de representação dos trabalhadores que tantas vezes invoca. Digo isto não para o subestimar ou desvalorizar, mas apenas para que não se utilize de uma forma que é, na minha opinião, abusiva esta maneira de falar em nome dos trabalhadores. É como aqueles que falam em nome dos portugueses e depois têm um assento ou três assentos na Assembleia da República.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem de novo a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não se iluda na sua própria propaganda. Não se iluda!

Não estou aqui a falar em nome dos trabalhadores. Eu expliquei-lhe o que é que aconteceu: uma greve geral que rejeitou o seu pacote laboral.

Sr. Primeiro-Ministro, pedi-lhe três exemplos concretos do seu pacote laboral que, face à lei atual, valorizassem a vida dos trabalhadores. O Sr. Primeiro-Ministro conseguiu dar dois, e vá, manhosos. Sabe porque é que são manhosos, Sr. Primeiro-Ministro? É que o Sr. Primeiro-Ministro falou no *outsourcing* como se fosse uma coisa que não existisse. Há *outsourcing* já a funcionar, ou o Sr. Primeiro-Ministro não sabe que já há *outsourcing* a funcionar no nosso País? E, aliás, com consequências concretas, diga-se de passagem.

Depois, vem com uma outra ilusão, que é dizer assim: na empresa, o trabalhador e a entidade patronal estão ao mesmo nível, têm a mesma condição para negociar. Sr. Primeiro-Ministro, acredita mesmo nisso? Acredita mesmo nisso?! O trabalhador e o empregador estão ao mesmo nível, estão nas mesmas condições para negociar, de forma individual? A força dos trabalhadores está na sua unidade e no seu número, não é na relação direta, porque não conseguem combater o patronato.

Sr. Primeiro-Ministro, pegando na deixa do Sr. Deputado Hugo Soares, é verdade ou é mentira que, já hoje, 7 em cada 10 novos contratos são contratos precários?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — E porquê?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É verdade ou é mentira que, já hoje, 56 % dos jovens têm contratos precários? É verdade ou é mentira que, já hoje, aqueles que têm contratos precários recebem menos 20 % do que os outros, no mesmo local de trabalho, fazendo as mesmas horas? É verdade ou é mentira que, já hoje, 1 milhão e 900 mil trabalhadores trabalham com horários desregulados, à noite, em trabalho noturno, ao serão, ao fim de semana e por aí fora? É verdade ou é mentira, Sr. Primeiro-Ministro?

É o que o Sr. Primeiro-Ministro quer fazer com o seu pacote laboral, mas vai ter de enfrentar os trabalhadores.

Protestos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Vai ter de enfrentar. É generalizar esta realidade!

Sr. Primeiro-Ministro, queria fazer ainda outra questão. O PSD, o CDS, a Iniciativa Liberal e o Chega arrastaram Portugal para a guerra.

Protestos do CH, da IL e do CDS-PP.

Não é para o conflito, Sr. Primeiro-Ministro, é para a guerra no Irão. Arrastaram, com as consequências que isso tem, do ponto de vista do aumento do custo de vida, como se faz sentir em todo lado e, em particular, de forma mais visível, nos combustíveis.

O Sr. Primeiro-Ministro disse — e não ponho de parte essa possibilidade — que não nos podemos precipitar com medidas. Os alimentos estão no máximo histórico, todos nós a pagarmos mais e, em particular, as famílias com menos rendimentos, para as quais os alimentos pesam mais. Os produtores a não ganharem mais, como o Sr. Ministro da Agricultura lhe pode testemunhar, certamente, na primeira pessoa.

Faço-lhe duas perguntas. Primeira: será que sobra a fatura para todos, menos para os Pingos Doces e para os Continentes deste País?

Protestos do CH.

Segunda: qual é o valor a partir do qual o Sr. Primeiro-Ministro acha que é preciso atuar na fixação e regulação dos preços?

Aplausos do PCP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, não querendo reiterar ou repetir aquilo que já foi dito sobre a legislação laboral, deixe-me só dizer-lhe, Sr. Deputado, que acreditar na capacidade negocial de trabalhadores e empregadores…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Trabalhadores!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Trabalhadores e empregadores.

Acreditar na capacidade negocial de trabalhadores e empregadores, na capacidade negocial de se sentarem a uma mesa e aproximarem posições é, de facto, o nosso ponto de vista. É por isso que defendemos muito também o reforço da contratação coletiva.

Protestos do PCP.

Pensei que o Sr. Deputado também tinha essa visão, mas não. O Sr. Deputado não quer sequer defender a contratação coletiva, o Sr. Deputado quer apenas defender o ponto de vista de uma das partes. Sr. Deputado, não há negociação quando uma das partes quer aniquilar a outra. Isso nós não faremos, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

Quanto à guerra, Sr. Deputado, nós não arrastámos Portugal para guerra nenhuma.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Arrastaram, arrastaram!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Também estamos preocupados em não tomar nenhuma medida que, aparentemente, possa ser para beneficiar o consumidor e, no entretanto, beneficie o comercializador ou o distribuidor. Portanto, isso é um bom ponto para levarmos até ao fim a reflexão sobre as medidas a tomar.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o tempo é o que é, não dá para mais,…

Protestos do PSD e do CH.

… mas vai haver mais tempo. Podem estar descansados, que vai haver mais tempo!

Risos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, queria deixar-lhe três desafios. Primeiro desafio: dia 1 de julho, às 7 horas da manhã, vá ao Centro de Saúde do Cacém, para contactar com as pessoas que vão lá de três em três meses tentar garantir uma senha para ter uma consulta. Segundo desafio: faça uma visita aos bombeiros de Alcácer e da Moita; os bombeiros da Moita têm o perigosíssimo recorde de bebés a nascer nas ambulâncias. Terceiro desafio: volte às terras que estão à espera dos apoios para enfrentar os problemas das intempéries.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A terra a quem a trabalha!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Paulo Raimundo, aceito os desafios de continuar a contactar as pessoas e as instituições do País e também a pugnar pela execução das decisões que temos tomado.

No caso dos apoios às famílias e pessoas atingidas pelo comboio de tempestades, da parte do Governo, tudo temos feito para acelerar precisamente a sua execução.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para questionar o Sr. Primeiro-Ministro, tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do CDS, o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, ontem foi detido, por suspeitas de crime de terrorismo, o homem que atirou um *cocktail molotov* contra a Marcha pela Vida.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E a carga fiscal?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foi um ato de terrorismo, alegadamente praticado por um anarquista de extrema-esquerda,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … contra uma marcha pacífica, que juntou milhares de pessoas em defesa da vida humana e contra o aborto e a eutanásia.

Estranhamente, ou talvez não, este ato de terrorismo não provocou qualquer sobressalto cívico nos meios político-mediáticos. Isto é absolutamente inaceitável.

Insisto: se este mesmo ato de terrorismo tivesse sido praticado por um extremista neonazi, contra uma marcha feminista, contra uma marcha pelo clima ou contra uma marcha trans, teria merecido o mesmo silêncio político-mediático? Evidentemente que não.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não pode haver dois pesos e duas medidas. Nuns casos é crime de ódio, noutros casos é um mero incidente.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe se esta escandalosa duplicidade de critérios não prejudica o combate efetivo ao extremismo e à violência política, venha ela de onde vier.

Aplausos do CDS-PP e do Deputado do CH Pedro Pinto.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, quero dizer-lhe, em nome do Governo, que confiamos que as nossas autoridades de investigação e as nossas autoridades judiciárias não farão nenhuma distinção quanto aos intervenientes em qualquer situação onde haja suspeita de cometimento de crimes de ódio, de crimes de terrorismo, de crimes de ofensa a direitos fundamentais. Não vislumbramos que haja essa diferença do ponto de vista de quem é o responsável por esses atos e também o destinatário dos atos.

Qualquer que seja a manifestação ou a expressão de uma linha de pensamento político, ela terá naturalmente de ser respeitada, e é isso que, francamente, o episódio que o Sr. Deputado aqui descreveu também enuncia e anuncia ao País, com o posicionamento das nossas autoridades de investigação, que quero aqui cumprimentar.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem de novo a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, ao celebrar dois anos de governação, gostaria de sinalizar uma dimensão fundamental para o CDS, que distingue este Governo da AD (Aliança Democrática): a aposta no setor social e solidário.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A este respeito, há dois factos que não têm merecido a devida atenção e que gostaria de destacar.

Em primeiro lugar, o Governo assinou ontem um reforço do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário que prevê um aumento de mais de 440 milhões de euros de financiamento para este setor. Já em 2026 haverá um aumento de 218 milhões de euros para apoiar quem apoia os mais carenciados, os mais vulneráveis e os mais pobres da nossa sociedade.

Em segundo lugar, depois de anos de total instabilidade e de gestão ruinosa, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa registou os melhores resultados dos últimos 17 anos. Nessa matéria, o Partido Socialista também tem uma quota-parte de responsabilidade no que foi a gestão ruinosa da Santa Casa da Misericórdia.

A Santa Casa da Misericórdia está finalmente a regressar ao normal funcionamento e isso é fundamental para que possa prestar os serviços essenciais a quem deles mais precisa.

Por isso, deixo-lhe a pergunta: como é que este reforço do acordo de cooperação com o setor social e como é que a nova sustentabilidade financeira da Santa Casa da Misericórdia vão beneficiar a resposta social que é dada, em Portugal, ao combate à pobreza e às situações de vulnerabilidade que existem ainda no nosso País?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, quero, desde logo, cumprimentá-lo por trazer esses dois pontos aqui ao nosso debate.

Em primeiro lugar, começando pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de facto, é reconfortante verificar que, após um início em que tantas dúvidas foram suscitadas sobre a escolha que o Governo fez sobre a gestão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os resultados sejam tão positivos — isto, numa circunstância que era muito difícil à partida, de grandes constrangimentos ao nível da situação financeira da instituição e mesmo com necessidade de reestruturação em muitas áreas da sua intervenção.

Contudo, Sr. Deputado, chegar a um resultado líquido positivo de 43,6 milhões de euros, sem que fôssemos obrigados, como acontecia no período anterior, a injetar verbas para poder atingir melhores resultados, é, de facto, o caminho correto que queremos para o setor social e para a sua sustentabilidade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou então à segunda parte da sua questão. O acordo de cooperação que celebrámos ontem, o reforço desse acordo, é absolutamente determinante para o cumprimento de uma visão, que é uma visão estratégica também para o País. Nós não temos aqui nenhum tipo de cisma ideológico e contamos com o setor social como um complemento para a responsabilidade social do Estado.

De que é que estamos a falar? Estamos a falar no apoio a crianças e jovens em dificuldade; estamos a falar no apoio à infância; estamos a falar no projeto Creche Feliz; estamos a falar no acesso a jardins de infância; estamos a falar em apoio a jovens estudantes e adolescentes; estamos a falar nas estruturas residenciais para pessoas idosas; estamos a falar em centros de dia e centros de noite; estamos a falar na ocupação de tempos livres; estamos a falar, muitas vezes, também na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e, portanto, na dimensão da saúde; e estamos a falar de pessoas especialmente vulneráveis, muitas delas pobres, efetivamente, sem meios financeiros, às quais é dada uma oportunidade, fruto de uma rede que existe, uma capacidade instalada na qual confiamos.

O setor social é parceiro deste Governo para cumprir tarefas fundamentais do Estado ao nível da educação, ao nível da mobilidade social e ao nível do acesso à saúde. Portanto, Sr. Deputado, quando fazemos isto, não é numa visão meramente assistencial. Nós fazemos isto a pensar estrategicamente no País. Porquê? Porque estas pessoas vão robustecer a nossa capacidade produtiva, vão ter condições para ascender socialmente e…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para questionar o Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, há uma cena que me persegue, sempre que o ouço falar. O Sr. Primeiro-Ministro segue no banco de trás do carro, olha fixamente para o espelho e pergunta: «Espelho meu, espelho meu, existe lá Governo melhor que o meu?».

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não existe!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E o espelho, habituado à cena, responde: «Não, Luís, Portugal está melhor e os portugueses também estão melhor.»

O problema, Sr. Primeiro-Ministro, é que o espelho lhe tem mentido.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ai, o raio do espelho!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mas vamos à verdade. O cabaz alimentar nunca esteve tão caro: 259 €. Os portugueses nunca pagaram tanto pelo combustível: pagam mais 25 € para encher o depósito, para ir trabalhar. A habitação nunca esteve tão cara: aumentou 17,6 %. É este o País sobre o qual o Sr. Primeiro-Ministro diz que está tudo melhor.

Porém, enquanto as famílias portuguesas pagam mais, há também quem fature mais: as petrolíferas, a grande distribuição, a banca e, lá está, o seu Ministério das Finanças.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: vai finalmente tomar medidas que se sentem no bolso dos portugueses? Vai baixar o IVA dos bens essenciais? Vai regular, de forma moderna e eficaz, os preços, como se faz na Polónia, por exemplo?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora, a Polónia!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vai buscar o dinheiro para estas medidas aos lucros extraordinários de quem está a encher-se de dinheiro com a crise energética, para podermos finalmente aliviar a vida dos portugueses, que hoje têm de lidar com o recorde dos preços, sempre que vão ao supermercado ou à bomba de gasolina?

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, não se iluda com o reflexo no espelho. Tome medidas para o País real. É este o desafio que lhe deixo.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, eu acho que, quando o Sr. Deputado viajava lado a lado com o Partido Socialista…

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — No banco da frente!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sem cinto!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e decidiram tomar algumas das medidas que o Sr. Deputado agora preconiza, o Sr. Deputado podia encontrar a resposta. Se se der a esse trabalho, pode ir verificar o efeito que algumas das medidas que hoje propõe tiveram e têm.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Foram ótimas…!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se calhar, poderá chegar à conclusão a que chegámos também no Governo. Há algumas medidas, como essa do IVA zero no cabaz alimentar, que, no fim do dia, acabam por se traduzir em benefício maior para quem comercializa e quem distribui, e não tanto para quem consome.

Portanto, Sr. Deputado, nós somos sensíveis ao problema, somos sensíveis à questão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E somos, e somos…!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade, temos de acompanhar o aumento do custo de vida e aproveitar os recursos públicos, para podermos corrigir injustiças que se possam vir a agravar, ou que se estejam a agravar, e estamos disponíveis para isso.

A receita que vamos seguir não será sempre aquela que o Sr. Deputado aqui apresentou, porque, na nossa opinião, e isso foi muitas vezes analisado, o resultado não é exatamente aquele que se pretende.

Não deixa até de ser irónico, no caso da grande distribuição, que algumas das medidas que o Bloco de Esquerda preconiza são precisamente o caminho para que esse setor de atividade se possa apresentar ainda mais rentável.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para colocar questões ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, espero que, no Conselho de Ministros, conheçam também o estudo que concluiu que a redução do IVA baixou os preços para lá do esperado,…

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

… porque é importante baixar o IVA, regular as margens e tomar medidas que funcionem, para que, no final do dia, os portugueses vivam melhor.

Sr. Primeiro-Ministro, se copiarmos as boas medidas da Europa, não estamos a cometer nenhum erro; estamos a manifestar profunda inteligência. Por isso, faça como na Polónia e em Espanha: tome medidas que protejam os portugueses.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, eu vou reiterar: o Governo acompanha naturalmente a consequência do aumento do preço, em primeiro lugar, dos combustíveis e, por via dele, muitas vezes, de outros bens, em particular dos bens essenciais.

Devo até registar, e o Sr. Deputado não tem anotado isso, que muitos desses bens tiveram um aumento, ainda essa repercussão não tinha ocorrido, o que também nos deve guiar na nossa análise. Nós tomaremos as medidas que entendermos que forem necessárias e ouviremos também as sugestões da Assembleia da República.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.ª Presidente, peço a palavra.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É para solicitar a distribuição de um estudo de Ricardo Duque, economista do *Federal Reserve Board*, e João Quelhas, em que analisam o efeito do IVA zero.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, faça o favor de fazer chegar à Mesa o documento que quer ver distribuído.

Tem agora a palavra, para interrogar o Sr. Primeiro-Ministro, a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.ª Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, nas imagens que marcaram os dois anos da sua governação, eu queria falar-lhe aqui de um

problema não de infração, mas de condução. É que o seu Governo ora vai sem cinto, ora vai em marcha-atrás, ora acelera, e normalmente não nas políticas de que o País precisa.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Com tudo isto, o Sr. Primeiro-Ministro corre o risco de ser autuado pelos portugueses. Vejamos: autuado por condução perigosa, no que diz respeito à saúde, à habitação ou à lei laboral; autuado no que diz respeito a direitos fundamentais, incluindo a identidade de género, e também por deixar para trás a proteção de quem mais precisa; ou até mesmo autuado por excesso de tolerância e impunidade no que diz respeito a maus-tratos, não apenas nos crimes de violência doméstica, mas também nos crimes contra animais.

É que, Sr. Primeiro-Ministro, volvidos dois anos, continuamos a ter um quadro absolutamente grave, na violência contra as mulheres — em particular, nos casos de violência doméstica — e também nos abusos contra menores. O Sr. Primeiro-Ministro continua a ter as plataformas a atuarem de forma completamente impune e este Governo nada faz.

É certo que, em relação aos menores de idade, houve um passo positivo, que reconheço, em relação à sua proteção. Mas falta tudo o resto!

Mais, Sr. Primeiro-Ministro, voltando à estrada, temos bebés a nascerem nas ambulâncias, ao invés de nascerem nos hospitais. Olhamos para o caso, até, dos animais e verificamos que temos animais a serem maltratados na via pública, sem que nada também seja feito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E nada sobre os ciganos?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ou vemos agora o Governo a querer lucrar com as indemnizações das vítimas de abuso sexual no contexto da Igreja.

Sr. Primeiro-Ministro, não estamos aqui a falar apenas de uma mera infração. É que, com tanta distração na condução, o Sr. Primeiro-Ministro corre o risco de os portugueses o mandarem encostar, pedirem-lhe os documentos e autuarem-lhe a carta.

Porém, como ainda vamos a tempo, eu gostaria de lhe deixar aqui algumas perguntas: se efetivamente está ou não disponível para, por um lado, garantir a proteção, em particular, das pessoas mais vulneráveis, como é o caso das vítimas de violência doméstica, limitando a atuação das plataformas na disseminação destes conteúdos; e, no que diz respeito à proteção animal, se vamos, de uma vez por todas, ter um Governo disponível para viabilizar a criminalização dos maus-tratos a todos os animais e não apenas aos de companhia.

Ou, efetivamente, Sr. Primeiro-Ministro, um destes dias vão mandá-lo parar e pedir-lhe a carta?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah! Olha, bonito *TikTok*, esse!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, anotei o seu humor relativamente às questões que quis colocar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está bem-disposta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixe-me só lembrar-lhe que, por hábito, viajo sempre à frente, quer quando vou na condução e, portanto, ao leme da viatura, quer quando vou ao lado do condutor.

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

Esse é o meu hábito e sigo sempre todas as regras, Sr.ª Deputada.

Deixe-me dizer-lhe que a violência doméstica, que é um tema que a Sr.ª Deputada aqui traz de forma muito reiterada, e bem, como ficou bem demonstrado no Relatório Anual de Segurança Interna, que o Parlamento

agora apreciará, é um dos crimes aos quais temos dado maior importância, na vertente de combate, na vertente de dissuasão e na vertente de proteção e apoio às vítimas.

No ano de 2025, continuámos a ter um nível elevadíssimo, não obstante o nível de participações ter diminuído. Não é isso que é o mais importante; o mais importante é que o nível é, de facto, muito elevado. Atinge fundamentalmente as mulheres, também alguns homens e atinge, de forma também muito vincada, direta e indiretamente, muitas crianças e adolescentes, que ficam marcados para toda a vida — ou são vítimas diretas da violência ou ficam marcados.

Por isso, Sr.ª Deputada, quando pergunta se estamos disponíveis para continuar a aprofundar todas as medidas que temos tomado neste domínio, claro que sim, estamos. É isso que a Sr.ª Deputada tem, muitas vezes, escrutinado, e creio que tem concluído que temos, efetivamente, não só reforçado a possibilidade de as vítimas poderem ser mais acompanhadas, como naturalmente dissuadido a ocorrência, por via de um maior combate e de uma maior capacidade de denúncia, o que também é relevante.

Sr.ª Deputada, quanto à questão da proteção animal, eu reitero aquilo que lhe tenho dito: está nas nossas preocupações e a Sr.ª Deputada…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.ª Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, restantes Membros do Governo, as alterações aprovadas por esta Assembleia ao chamado «subsídio social de mobilidade», na semana passada, agora designado «mecanismo de continuidade territorial», foram um passo importante. Porém, diga-se com toda a naturalidade, Sr. Primeiro-Ministro, foram apenas um passo num caminho que já devia ter sido tomado há muito tempo, acima de tudo, para mitigar os custos da nossa insularidade.

Acima de tudo, aquilo que está em causa não é um privilégio, não é uma benesse, não é um favor que o Estado está a desenvolver junto dos cidadãos portugueses residentes nas ilhas. Aquilo que está em causa é um direito, o direito dos madeirenses e dos açorianos a viver num País que não os trate como portugueses de segunda.

Sr. Primeiro-Ministro, a verdade é que, mal essas alterações foram aprovadas, assistimos à ladainha do costume. Instalou-se o ruído, a chantagem do medo, a defesa encapuçada de interesses instalados. De repente, apareceram vozes muito preocupadas com o sistema, muito preocupadas com os custos, muito preocupadas com o mercado,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E com otimismo!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — … mas, curiosamente, nada preocupadas com aquilo que os madeirenses e açorianos têm andado a pagar, ano após ano, do seu bolso, da sua paciência e da sua dignidade.

E o mais inaceitável, Sr. Primeiro-Ministro, é ver o Governo Regional da Madeira falar como se fosse porta-voz de uma companhia aérea, em vez de falar como representante do povo madeirense e em vez de defender quem vive numa ilha, quem depende do avião para trabalhar, estudar, tratar da saúde ou estar junto da família.

Por isso, gostaria de deixar aqui duas perguntas muito diretas. Vai ou não o Governo regional regulamentar, de imediato, as alterações, para que elas entrem rapidamente em vigor? Que mecanismos concretos vai o Governo criar, para impedir abusos, travar a escalada de preços e garantir que o modelo de serviço aos cidadãos não alimenta mais o negócio à custa do erário público?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ai, agora é que está preocupado?! É extraordinário! Agora é que está preocupado com a escalada de preços?!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, traz a este debate, com o devido respeito, aquilo que eu considero um monumental «tiro no pé» que a Assembleia da República cometeu, em matéria de justiça social…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e de garantia de uma efetiva mobilidade dos cidadãos açorianos, madeirenses e porto-santenses com o continente e entre as ilhas dos Açores, entre os Açores e a Madeira, entre a Madeira e o Porto Santo.

O Sr. Deputado veio hoje aqui derramar lágrimas de crocodilo,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … por ter acompanhado o esforço de convergência do Chega e do Partido Socialista, lá está,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, calma, PSD Açores e Madeira!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … com o objetivo voluntarista de quererem maximizar a disponibilidade para todos, criarem uma situação altamente injusta.

Eu espero que ainda se possa ir a tempo de inverter os efeitos da decisão, com todo o respeito, repito, porque os efeitos da decisão são aumentar exponencialmente o custo das viagens entre o continente e outros destinos e as regiões autónomas, e, com isso, não só onerar os cofres públicos, mas prejudicar, nomeadamente, as atividades económicas das nossas regiões autónomas.

Protestos do JPP.

O Parlamento não resistiu — numa discussão que estava circunscrita, com toda a legitimidade, a uma matéria de cumprimento, ou não, de um determinado requisito, perante a abertura do Governo para poder trabalhar numa solução que fosse a mais consensual possível, relativamente a esse requisito — a ir mais longe e a levar, com toda a demagogia, o nosso edifício legislativo para uma decisão que é, do meu ponto de vista e do Governo, incomportável e altamente prejudicial para os interesses das pessoas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Rui Tavares pede a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Para uma interpelação à Mesa, Sr.ª Presidente, sobre a condução dos trabalhos.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sobre a condução dos trabalhos, certo, Sr. Deputado?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Exatamente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.ª Presidente, não quis interromper o debate, mas queria pedir duas ações à Mesa, de pedido de informação e de distribuição de documentos. O Sr. Deputado Paulo Núncio disse que…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, já foi há uma hora!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … o ataque à manifestação pró-vida não causou sobressalto no plano político-mediático. Não quero fazer juízos de intenção, nem achar que, com isso, ele queria dizer que não se tinham pronunciado partidos…

Vozes PSD e do CH: — Isso é uma intervenção!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, o que está a fazer é uma intervenção e não é esse o objetivo da interpelação à Mesa.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não é, não é, eu explicarei porquê. É importante que as pessoas não se equivoquem. Deu entrada uma iniciativa sobre esse tema do PCP, com votações a favor de todos os grupos parlamentares da esquerda e, disso sim, peço à Mesa a distribuição. O Sr. Deputado disse que, se fosse ao contrário, um ataque de extrema-direita… Mas o CDS é que se absteve.

Aplausos do L.

Protestos do CH e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa vai distribuir o documento. Toda a gente ficará a saber, com detalhe, ao que o Sr. Deputado se refere.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.ª Presidente, peço a palavra.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.ª Presidente, peço apenas para distribuir a votação da passada sexta-feira, sobre o subsídio de mobilidade.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas isto já se pode fazer?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Creio que o Sr. Primeiro-Ministro andou distraído e diz que foi o PS e o Chega que se juntaram. Queria dizer que os três Deputados do PSD Madeira e os três Deputados do PSD Açores também votaram ao lado do Chega e do PS.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Pedro Pinto, as votações são públicas também, não é verdade? Portanto, não precisamos de fazer interpelações à Mesa para pedir a consulta das votações.

O Sr. Deputado Pedro Coelho pede a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, é para pedir à Mesa a distribuição do sentido de voto dos Deputados do PSD Madeira, que, na avocação do artigo 4.º, votaram ao lado do PSD nacional.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O comentário é o mesmo, Sr. Deputado. As votações são públicas e não precisam de ser objeto de interpelações à Mesa, para que possam ser conhecidas.

Peço um minuto para anunciar a ordem de trabalhos de amanhã. Entretanto, cumprimentamos o Sr. Primeiro-Ministro, as Sr.as e os Srs. Membros do Governo.

A Mesa lembra que a nossa agenda da reunião plenária de amanhã, quinta-feira, é constituída por seis pontos, sendo o primeiro deles as eleições para os órgãos externos, estando os restantes cinco pontos detalhados na ordem de trabalhos distribuída e disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Está terminada a nossa sessão de hoje. Muito obrigada, Sr.as e Srs. Deputados. Até amanhã.

Eram 17 horas e 22 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.